



Centro Administrativo

SIMULADO ESPECIAL

SEFAZ SC

**Auditor Estadual de Finanças Públicas
Administração e Engenharias
Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-SC**, cargo de **Auditor Estadual de Finanças Públicas - Administração e Engenharias**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/kpm4SXB2CcTyegP68>

1- ABCDE	21- ABCDE	41- ABCDE	61- ABCDE	81- ABCDE	101- ABCDE	121- ABCDE	141- ABCDE	161- ABCDE
2- ABCDE	22- ABCDE	42- ABCDE	62- ABCDE	82- ABCDE	102- ABCDE	122- ABCDE	142- ABCDE	162- ABCDE
3- ABCDE	23- ABCDE	43- ABCDE	63- ABCDE	83- ABCDE	103- ABCDE	123- ABCDE	143- ABCDE	163- ABCDE
4- ABCDE	24- ABCDE	44- ABCDE	64- ABCDE	84- ABCDE	104- ABCDE	124- ABCDE	144- ABCDE	164- ABCDE
5- ABCDE	25- ABCDE	45- ABCDE	65- ABCDE	85- ABCDE	105- ABCDE	125- ABCDE	145- ABCDE	165- ABCDE
6- ABCDE	26- ABCDE	46- ABCDE	66- ABCDE	86- ABCDE	106- ABCDE	126- ABCDE	146- ABCDE	166- ABCDE
7- ABCDE	27- ABCDE	47- ABCDE	67- ABCDE	87- ABCDE	107- ABCDE	127- ABCDE	147- ABCDE	167- ABCDE
8- ABCDE	28- ABCDE	48- ABCDE	68- ABCDE	88- ABCDE	108- ABCDE	128- ABCDE	148- ABCDE	168- ABCDE
9- ABCDE	29- ABCDE	49- ABCDE	69- ABCDE	89- ABCDE	109- ABCDE	129- ABCDE	149- ABCDE	169- ABCDE
10- ABCDE	30- ABCDE	50- ABCDE	70- ABCDE	90- ABCDE	110- ABCDE	130- ABCDE	150- ABCDE	170- ABCDE
11- ABCDE	31- ABCDE	51- ABCDE	71- ABCDE	91- ABCDE	111- ABCDE	131- ABCDE	151- ABCDE	171- ABCDE
12- ABCDE	32- ABCDE	52- ABCDE	72- ABCDE	92- ABCDE	112- ABCDE	132- ABCDE	152- ABCDE	172- ABCDE
13- ABCDE	33- ABCDE	53- ABCDE	73- ABCDE	93- ABCDE	113- ABCDE	133- ABCDE	153- ABCDE	173- ABCDE
14- ABCDE	34- ABCDE	54- ABCDE	74- ABCDE	94- ABCDE	114- ABCDE	134- ABCDE	154- ABCDE	174- ABCDE
15- ABCDE	35- ABCDE	55- ABCDE	75- ABCDE	95- ABCDE	115- ABCDE	135- ABCDE	155- ABCDE	175- ABCDE
16- ABCDE	36- ABCDE	56- ABCDE	76- ABCDE	96- ABCDE	116- ABCDE	136- ABCDE	156- ABCDE	176- ABCDE
17- ABCDE	37- ABCDE	57- ABCDE	77- ABCDE	97- ABCDE	117- ABCDE	137- ABCDE	157- ABCDE	177- ABCDE
18- ABCDE	38- ABCDE	58- ABCDE	78- ABCDE	98- ABCDE	118- ABCDE	138- ABCDE	158- ABCDE	178- ABCDE
19- ABCDE	39- ABCDE	59- ABCDE	79- ABCDE	99- ABCDE	119- ABCDE	139- ABCDE	159- ABCDE	179- ABCDE
20- ABCDE	40- ABCDE	60- ABCDE	80- ABCDE	100- ABCDE	120- ABCDE	140- ABCDE	160- ABCDE	180- ABCDE

RANKING

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

<http://estrategi.ac/28eqov>

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4dca2JZ>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1**

Num mundo inundado de informações irrelevantes, clareza é poder. Em teoria, qualquer um pode se juntar ao debate sobre o futuro da humanidade, mas é muito difícil manter uma visão lúcida. Muitas vezes, nem sequer percebemos que um debate está acontecendo, ou quais são suas questões cruciais. Bilhões de nós dificilmente podem se permitir o “luxo” de investigá-las, pois temos coisas mais urgentes para fazer, como trabalhar, tomar conta das crianças, ou cuidar dos pais idosos. Infelizmente, a história não poupa ninguém. Se o futuro da humanidade for decidido em sua ausência, porque você está ocupado demais alimentando e vestindo seus filhos – você e eles não estarão eximidos das consequências. Isso é muito injusto, mas quem disse que a história é justa?

Como historiador, não posso dar às pessoas alimento ou roupas – mas posso tentar oferecer alguma clareza, ajudando assim a equilibrar o jogo global. Se isso capacitar ao menos mais um punhado de pessoas a participar do debate sobre o futuro da nossa espécie, terei realizado minha tarefa.

Meu primeiro livro, *Sapiens*, investigou o passado humano, examinando como um macaco insignificante dominou a Terra. *Homo Deus*, meu segundo livro, explorou o futuro da vida a longo prazo, contemplando como os humanos finalmente se tornarão deuses, e qual pode ser o destino final da inteligência e da consciência.

Neste livro quero analisar mais de perto o aqui e o agora. Meu foco está nas questões atuais e no futuro imediato das sociedades humanas. O que está acontecendo neste momento? Quais são os maiores desafios e escolhas de hoje? Qual deve ser o foco de nossa atenção? O que devemos ensinar a nossos filhos?

HARARI, Yuval Noah. 21 lições para o século 21. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 11-12.

1. Ao analisar o atual debate sobre o futuro da humanidade, o autor considera que

a) é fácil perceber que há uma importante discussão ocorrendo.

b) cuidar da família é um luxo que poucas pessoas obtêm.

c) tem algum poder para ajudar a equilibrar o jogo global.

d) o futuro da humanidade já está definido.

e) a história, apesar de não parecer, é sempre justa.

2. Consideradas as ideias expostas no texto, identifica-se uma oposição entre:

a) debater sobre o futuro da humanidade e manter uma visão lúcida

b) tomar conta das crianças e cuidar dos pais idosos

c) investigar o passado humano e um macaco insignificante dominar a Terra

d) o que está acontecendo neste momento e os maiores desafios de hoje

e) o foco de nossa atenção e o ensinamento de nossos filhos

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

a) investigou o passado humano = condenou a história da humanidade

b) futuro da vida a longo prazo = destino imediato da existência humana

c) um punhado de pessoas = um pequeno grupo de indivíduos

d) inundado de informações irrelevantes = desprovido de informações importantes

e) a história não poupa ninguém = os eventos históricos não reduzem a nossa importância

4. Exerce a função sintática de sujeito o termo sublinhado na seguinte oração:

a) manter uma visão lúcida.

b) a história não poupa ninguém

c) não estarão eximidos das consequências

d) quem disse que a história é justa

e) Sapiens, investigou o passado humano

“Bilhões de nós dificilmente podem se permitir o ‘luxo’ de investigá-las, pois temos coisas mais urgentes para fazer, como trabalhar, tomar conta das crianças, ou cuidar dos pais idosos.” (1ª PARÁGRAFO)

5. No contexto em que se encontram, os elementos sublinhados expressam, respectivamente, ideia de

- a) explicação e exemplificação
- b) causa e causa
- c) causa e conformidade
- d) explicação e comparação
- e) conclusão e comparação

- *podem se permitir o “luxo” de investigá-las*

- *Se o futuro da humanidade for decidido em sua ausência*

- *Isso é muito injusto*

6. Os termos sublinhados acima referem-se no contexto, respectivamente, a:

- a) informações irrelevantes – o leitor – consequências
- b) informações irrelevantes – humanidade – o fato de o leitor alimentar e vestir seus filhos
- c) questões cruciais – o leitor – leitor e filhos não serão eximidos das consequências
- d) questões cruciais – história – o fato de o leitor alimentar e vestir seus filhos
- e) coisas mais urgentes – o leitor – leitor e filhos não serão eximidos das consequências

TEXTO 2

A viajante

Com franqueza, não me animo a dizer que você não vá.

Eu, que sempre andei no rumo de minhas venetas, e tantas vezes troquei o sossego de uma casa pelo assanhamento triste dos ventos da vagabundagem, eu não direi que fique.

Em minhas andanças, eu quase nunca soube se estava fugindo de alguma coisa ou caçando outra. Você talvez esteja fugindo de si mesma, e a si mesma caçando; nesta brincadeira boba passamos todos, os inquietos, a maior parte da vida – e às vezes reparamos que é ela que se vai, está sempre indo, e nós (às vezes) estamos apenas quietos, vazios, parados, ficando. Assim estou eu. E não é sem melancolia que me preparo para ver você sumir na curva do rio – você que não chegou a entrar na minha vida, que não pisou na minha barraca, mas, por um instante, deu um movimento mais alegre à corrente, mais brilho às espumas e mais doçura ao murmúrio das águas. Foi um belo momento, que resultou triste, mas passou.

Apenas quero que dentro de si mesma haja, na hora de partir, uma determinação austera e suave de não esperar muito; de não pedir à viagem alegrias muito maiores que a de alguns momentos. Como este, sempre maravilhoso, em que no bojo da noite, na poltrona de um avião ou de um trem, ou no convés de um navio, a gente sente que não está deixando apenas uma cidade, mas uma parte da vida, uma pequena multidão de caras e problemas e inquietações que pareciam eternas e fatais e, de repente, somem como a nuvem que fica para trás. Esse instante de libertação é a grande recompensa do vagabundo; só mais tarde ele sente que uma pessoa é feita de muitas almas, e que várias, dele, ficaram penando na cidade abandonada. E há também instantes bons, em terra estrangeira melhores que o das excitações e descobertas, e as súbitas visões de beleza sonhadas. São aqueles momentos mansos em que, de uma janela ou da mesa de um bar, ele vê, de repente, a cidade estranha, no palor do crepúsculo, respirar suavemente como velha amiga, e reconhece que aquele perfil de casas e chaminés já é um pouco, e docemente, coisa sua.

[...]

(BRAGA, Rubem. 200 crônicas escolhidas. 31ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2010. Adaptado.)

7. Segundo o texto, ao sair de sua cidade,

- a) o viajante jamais poderá reconhecer a terra estrangeira como sendo parte de si.
- b) é possível se libertar de uma vida inteira de problemas e inquietações.
- c) reconhece-se que a experiência de conhecer uma cidade estrangeira é sempre mais gratificante do que os momentos de despedida.
- d) o viajante deixa para trás não apenas um lugar, mas também um fragmento de sua vida.
- e) o que se quer é apenas escapar de conflitos pessoais que o acompanham.

ele vê, de repente, a cidade estranha, no palor do crepúsculo, respirar suavemente como velha amiga... (4º parágrafo)

8. No trecho acima, observa-se a figura de linguagem conhecida como

- a) antítese
- b) eufemismo
- c) hipérbole
- d) pleonismo
- e) personificação

9. O termo empregado para retomar uma palavra anteriormente usada no texto está sublinhado em:

- a) e às vezes reparamos que é ela que se vai
- b) Foi um belo momento, que resultou triste, mas passou
- c) Apenas quero que dentro de si mesma haja
- d) a gente sente que não está deixando apenas uma cidade
- e) reconhece que aquele perfil de casas e chaminés

10. Verifica-se o emprego de vírgula para assinalar um deslocamento no seguinte trecho:

- a) Com franqueza, não me animo a dizer que você não vá.
- b) Eu, que sempre andei no rumo de minhas venetas
- c) fugindo de si mesma, e a si mesma caçando
- d) que resultou triste, mas passou.
- e) não está deixando apenas uma cidade, mas uma parte da vida

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

11. Determinado capital foi aplicado a juros simples, à taxa de 16% ao ano, durante 9 meses. Ao término desse prazo, o montante foi integralmente reaplicado, também a juros simples, em duas partes: a maior delas, correspondente a $\frac{3}{5}$ do montante, à taxa de 1,25% ao mês durante 5 meses; a outra, à taxa de 15% ao ano durante 1 ano e 3 meses. Sabendo que os juros dessas duas reaplicações totalizaram R\$ 9.702,00, o capital aplicado inicialmente era igual a

- a) R\$ 75.000,00
- b) R\$ 86.240,00
- c) R\$ 77.000,00
- d) R\$ 63.000,00
- e) R\$ 70.560,00

12. Uma aplicação financeira de 1 ano, remunerada a juros compostos à taxa nominal de 20% ao ano, com capitalização semestral, gerou R\$ 8.400,00 de juros. Outra aplicação, de mesmo capital inicial, foi realizada a juros simples, à taxa de 12% ao ano, pelo prazo de 1 ano e 8 meses. O montante dessa segunda aplicação, ao final do prazo, foi de

- a) R\$ 50.400,00
- b) R\$ 48.000,00
- c) R\$ 48.640,00
- d) R\$ 51.072,00
- e) R\$ 48.400,00

13. Um capital foi aplicado durante 2 anos, em regime de capitalização contínua, à taxa de 10% ao ano. Nesse período, a inflação foi de 4% no primeiro ano e de 5% no segundo ano. Sendo e a base dos logaritmos neperianos, a taxa real de juros dessa aplicação, no período total de 2 anos, é dada por

a) $e^{0,2} - 1,092$

b) $\frac{e^{0,2}}{1,09} - 1$

c) $\frac{1,21}{1,092} - 1$

d) $\frac{e^{0,2}}{1,092} - 1$

e) $\frac{e^{0,1}}{1,092} - 1$

14. Em uma mesma data, uma empresa descontou dois títulos em um banco que opera com taxa de desconto de 2% ao mês. Um deles, com vencimento para daqui a 5 meses, foi descontado pelo critério do desconto racional simples; o outro, com vencimento para daqui a 2 meses, pelo critério do desconto comercial simples. Os dois títulos tiveram o mesmo valor atual, e o valor nominal do título descontado pelo critério racional superava em R\$ 1.680,00 o do outro título. O valor total recebido pela empresa nessa operação foi de

a) R\$ 56.000,00

b) R\$ 57.600,00

c) R\$ 48.384,00

d) R\$ 61.680,00

e) R\$ 47.250,00

15. Uma empresa tem duas obrigações com um fornecedor: R\$ 42.000,00, vencível daqui a 1 ano, e R\$ 21.000,00, vencível daqui a 2 anos. Em negociação, as partes acordaram substituí-las por dois pagamentos de mesmo valor, vencíveis daqui a 3 anos e daqui a 4 anos, adotando-se a taxa de juros compostos de 10% ao ano. O valor de cada um desses pagamentos é igual a

a) R\$ 36.960,00

b) R\$ 40.656,00

c) R\$ 35.200,00

d) R\$ 38.720,00

e) R\$ 38.000,00

16. Os projetos de investimento A e B, mutuamente excludentes, exigem o mesmo desembolso inicial D, na data 0, e têm os fluxos de caixa apresentados no quadro a seguir.

Ano	Projeto A (R\$)	Projeto B (R\$)
0	-D	-D
1	15.400,00	X
2	10.890,00	15.840,00

A taxa interna de retorno (TIR) do projeto A é igual a 10% ao ano, ao passo que a do projeto B é igual a 20% ao ano. Nessas condições, o valor de X é igual a

a) R\$ 12.000,00

b) R\$ 17.280,00

c) R\$ 10.900,00

d) R\$ 11.275,00

e) R\$ 14.400,00

17. Um imóvel de R\$ 400.000,00 foi adquirido com entrada correspondente a 40% de seu valor. O saldo foi financiado em 48 prestações mensais e consecutivas, a primeira com vencimento 1 mês após a compra, pelo Sistema de Amortização Misto (SAM), com taxa de juros de 2% ao mês. Dado que, para essa taxa e esse número de prestações, o fator de recuperação de capital é 0,0326, a 25ª prestação do financiamento corresponde a

a) R\$ 7.612,00

b) R\$ 7.824,00

c) R\$ 6.412,00

d) R\$ 7.562,00

e) R\$ 7.400,00

RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin*

18. Os auditores fiscais Adriana, Breno, Cíntia, Diego e Estela revezam-se no plantão de um posto fiscal, sempre nessa ordem e de forma cíclica, de modo que, após o plantão de Estela, o plantão seguinte cabe a Adriana. Cada plantão dura um dia inteiro e é cumprido por um único auditor. O posto funciona de segunda-feira a sábado, inclusive nos feriados, e permanece fechado aos domingos, dias em que o rodízio não avança. Na segunda-feira, 2 de março de 2026, o plantão coube a Breno.

Com base nessas informações, o dia 30 de maio de 2026 foi

- a) um sábado, e o plantão coube a Adriana.
- b) uma sexta-feira, e o plantão coube a Diego.
- c) um domingo, dia em que o posto esteve fechado.
- d) um sábado, e o plantão coube a Diego.
- e) um sábado, e o plantão coube a Cíntia.

19. Após a abordagem de um caminhão em um posto fiscal, um auditor registrou em seu relatório as seguintes afirmações a respeito da carga transportada:

- I. A nota fiscal acompanhava a carga e o ICMS não foi recolhido.
- II. Ou a carga foi liberada, ou o auto de infração foi lavrado.
- III. O ICMS foi recolhido e a carga foi liberada.
- IV. O auto de infração foi lavrado se, e somente se, o ICMS não foi recolhido.
- V. Se a carga foi liberada, então o auto de infração foi lavrado.

Sabendo que exatamente uma dessas afirmações é falsa, conclui-se que

- a) a nota fiscal acompanhava a carga e o auto de infração foi lavrado.
- b) o ICMS foi recolhido e a carga não foi liberada.
- c) se o auto de infração foi lavrado, então a carga foi liberada.

d) a carga foi liberada ou o ICMS foi recolhido.

e) a nota fiscal não acompanhava a carga se, e somente se, o auto de infração foi lavrado.

20. Em uma operação de fiscalização, os auditores fiscais Fábio, Gisele, Hugo e Irene atuaram, cada um, em um município diferente de Santa Catarina: Blumenau, Chapecó, Joinville e Lages. Os números de empresas fiscalizadas por esses auditores foram, não necessariamente nessa ordem, 6, 8, 10 e 12. Sabe-se que:

- Juntos, Gisele e Irene fiscalizaram 22 empresas;
- O auditor que atuou em Chapecó fiscalizou 4 empresas a mais do que Hugo;
- Irene não atuou em Chapecó nem em Blumenau;
- O auditor que atuou em Lages fiscalizou menos empresas do que o auditor que atuou em Blumenau;
- Fábio não atuou em Blumenau.

Nessas condições, é correto afirmar que

- a) Irene atuou em Lages e fiscalizou 10 empresas.
- b) Fábio atuou em Lages e fiscalizou 8 empresas.
- c) Gisele atuou em Chapecó e fiscalizou 10 empresas.
- d) Irene atuou em Joinville e fiscalizou 12 empresas.
- e) Hugo atuou em Blumenau e fiscalizou 8 empresas.

21. Considere a sequência infinita a seguir, construída a partir de um padrão lógico.

5, 50, 3, 9, 47, 8, 13, 44, 13, 17, 41, 18, ...

Seja p a posição ocupada pelo primeiro termo negativo dessa sequência. O termo que ocupa a posição $2p$ é igual a

- a) 141
- b) 178
- c) 145
- d) 137
- e) 149

22. O acesso a um sistema de uma secretaria de fazenda é protegido por uma senha formada por 4 algarismos distintos. Após cada tentativa de acesso, o sistema informa quantos dos algarismos digitados pertencem à senha e estão na posição correta e quantos pertencem à senha, mas estão em posição errada. A tabela mostra as três tentativas feitas por um servidor e as respectivas respostas do sistema.

Tentativa	Posição				Na posição correta	Em posição errada
	1ª	2ª	3ª	4ª		
1ª	7	5	2	9	0	2
2ª	8	2	0	5	0	4
3ª	5	2	8	0	2	2

Com base nessas informações, a senha correta é

- a) 2850
 - b) 5082
 - c) 0852
 - d) 5820
 - e) 2058
23. Seis postos fiscais, identificados pelas letras A, B, C, D, E e F, estão instalados em pontos distintos de uma rodovia retilínea que segue na direção leste-oeste. Dois postos são vizinhos quando não há outro posto entre eles. Sobre a localização desses postos, sabe-se que:
- Há exatamente dois postos a oeste do posto C;
 - O posto A fica a leste do posto E, mas não é o posto mais a leste de todos;
 - Entre os postos B e F há exatamente um posto;
 - O posto D é vizinho do posto A e fica a leste dele;
 - Os postos F e A não são vizinhos.
- Nessas condições, é correto afirmar que
- a) o posto B fica imediatamente a oeste do posto A.
 - b) o posto F fica imediatamente a oeste do posto A.
 - c) o posto C fica imediatamente a leste do posto D.
 - d) o posto D fica entre os postos B e F.
 - e) o posto B é o posto mais a leste de todos.

24. Em 2025, a arrecadação de ICMS de certo estado totalizou R\$ 20 bilhões, dos quais R\$ 9 bilhões vieram do setor de combustíveis, R\$ 5 bilhões vieram do setor de energia elétrica e o restante veio dos demais setores da economia. Em 2026, em comparação com 2025, a arrecadação proveniente do setor de combustíveis cresceu 20%, a do setor de energia elétrica caiu 10% e a dos demais setores cresceu 5%.

De 2025 para 2026, a participação do setor de combustíveis na arrecadação total de ICMS desse estado

- a) aumentou 9 pontos percentuais.
- b) aumentou cerca de 2 pontos percentuais.
- c) aumentou cerca de 11,1 pontos percentuais.
- d) aumentou 5 pontos percentuais.
- e) aumentou 20 pontos percentuais.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

25. Em determinada unidade administrativa, foram registrados os seguintes tempos, em minutos, necessários para concluir uma rotina de conferência documental:

12, 15, 15, 18, 20, 20, 20, 23, 25, 32

Considerando o conjunto de dados como uma população, é correto afirmar que a

- a) média é igual a 20,5 minutos, a mediana é igual a 19 minutos e a amplitude é igual a 20 minutos.
- b) média é igual a 20 minutos, a moda é igual a 20 minutos e a amplitude é igual a 18 minutos.
- c) mediana é igual a 19 minutos, a moda é igual a 20 minutos e a amplitude é igual a 20 minutos.
- d) média é igual a 20 minutos, a mediana é igual a 20 minutos e a amplitude é igual a 20 minutos.
- e) média é igual a 20,5 minutos, a mediana é igual a 20 minutos e a amplitude é igual a 18 minutos.

26. Uma comissão deverá selecionar 4 servidores distintos dentre 9 servidores para compor uma equipe de fiscalização. Após a seleção, os quatro servidores ocuparão, respectivamente, as funções de coordenador, analista, secretário e apoio, sendo que cada função será ocupada por apenas um servidor.

Nessas condições, o número de equipes distintas que podem ser formadas é

- a) 126.
- b) 1512.
- c) 504.
- d) 6561.
- e) 3024.

27. Uma variável aleatória contínua X , que representa o tempo, em horas, necessário para concluir determinado procedimento, possui distribuição normal com média de 10 horas e desvio-padrão de 2 horas.

Considerando que, para a distribuição normal padrão,

$$P(Z, \leq 15) = 0,9332$$

e

$$P(Z, \leq -15) = 0,0668,$$

a probabilidade de um procedimento escolhido ao acaso ser concluído entre 7 e 13 horas é

- a) 0,6826.
- b) 0,8413.
- c) 0,8664.
- d) 0,9332.
- e) 0,9974.

28. Em uma auditoria, deseja-se estimar a média μ de determinada variável de interesse de uma população. Uma amostra aleatória simples de 64 elementos apresentou média amostral igual a 48. Admita-se que o desvio-padrão populacional seja conhecido e igual a 8.

Considerando um nível de confiança de 95% e $z_{0,975} = 1,96$, o intervalo de confiança para μ é

- a) $[46,04; 49,96]$.
- b) $[46,40; 49,60]$.
- c) $[47,02; 48,98]$.
- d) $[45,92; 50,08]$.
- e) $[44,16; 51,84]$.

29. Em uma auditoria, a variável aleatória X representa o número de ocorrências de uma irregularidade contábil em um conjunto de documentos, e admite-se que X siga uma distribuição de Poisson com parâmetro $\lambda = 2$.

A probabilidade de que, em um conjunto escolhido aleatoriamente, ocorram exatamente 3 irregularidades é dada por

$$P(X = 3) = \frac{e^{-2} 2^3}{3!}.$$

Considerando $e^{-2} \approx 0,1353$, o valor aproximado dessa probabilidade é

- a) 0,0902.
- b) 0,1804.
- c) 0,2706.
- d) 0,3616.
- e) 0,5412.

30. Em uma análise de dados de execução orçamentária, foram observados os seguintes pares (x, y) , em que x representa o número de ações de fiscalização realizadas e y , o valor recuperado, em milhares de reais:

x	1	2	3	4
y	10	14	15	21

Considere o modelo de regressão linear simples

$$\hat{y} = a + bx.$$

Sabendo que

$$\bar{x} = 2,5 \text{ e } \bar{y} = 15,$$

e que

$$\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y}) = 17,$$

o valor estimado de y quando $x = 5$ é

- a) 23,5.
- b) 24,0.
- c) 25,0.
- d) 25,5.
- e) 27,0.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

31. Em determinado Estado, o secretário da Fazenda, na condição de responsável pela gestão de recursos públicos, apresentou suas contas ao Tribunal de Contas. No mesmo período, o governador prestou as contas anuais de seu governo. Considerando a repartição constitucional das competências de controle externo, é correto afirmar que

- a) compete exclusivamente à Assembleia Legislativa julgar as duas prestações de contas, cabendo ao Tribunal de Contas apenas fornecer informações técnicas, sem emitir parecer prévio.
- b) o Tribunal de Contas julgará definitivamente ambas as contas, pois todos os agentes públicos estão sujeitos à fiscalização externa.

- c) o Tribunal de Contas julgará as contas do secretário e emitirá parecer prévio sobre as contas anuais do governador, a serem julgadas pela Assembleia Legislativa.
- d) o Tribunal de Contas emitirá parecer prévio sobre as contas do secretário e julgará as contas anuais do governador.
- e) as contas do governador serão julgadas pela Assembleia Legislativa após parecer prévio do Tribunal de Contas, mas as do secretário serão julgadas pelo controle interno do Executivo.

32. Para reorganizar a administração estadual, o governador encaminhou à Assembleia Legislativa um projeto de lei específica que prevê a criação de uma autarquia e a instituição de uma empresa pública. À luz da CF/1988, a aprovação desse projeto

- a) criará tanto a autarquia quanto a empresa pública, atribuindo personalidade jurídica a ambas com a publicação da lei.
- b) apenas autorizará a criação da autarquia, enquanto a empresa pública poderá ser instituída por decreto do governador.
- c) será desnecessária se o governador editar decreto sobre a organização das duas entidades e comunicar o ato à Assembleia Legislativa.
- d) criará a autarquia e autorizará a instituição da empresa pública, que não surgirá automaticamente com a publicação da lei.
- e) deverá ocorrer por lei complementar para a autarquia e por lei ordinária para a empresa pública, que será criada diretamente por esta última.

33. Ao encerrar o exercício financeiro, um Estado registrou como despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino o equivalente a 26% da receita de impostos considerada para esse fim. Desse total, uma parcela equivalente a 2 pontos percentuais foi usada para pagar aposentadorias. Em ações e serviços públicos de saúde, aplicou 13% da respectiva base legal. Considerados os mínimos nacionais, o Estado

- a) não atingiu o mínimo do ensino, pois as aposentadorias devem ser excluídas do cálculo, mas superou o piso de aplicação em saúde.
- b) cumpriu ambos os mínimos, porque as aposentadorias dos antigos profissionais da educação podem integrar o percentual destinado ao ensino.
- c) cumpriu apenas o mínimo do ensino, pois a aplicação estadual em saúde deve alcançar pelo menos 15%.
- d) descumpriu os dois mínimos, já que as aposentadorias não contam para o ensino e a saúde estadual exige aplicação de 18%.
- e) poderá compensar a insuficiência do ensino com o valor aplicado em saúde acima do mínimo, desde que mantenha a soma das despesas.

34. Carolina solicitou a uma empresa privada de proteção ao crédito acesso às informações mantidas sobre ela em um cadastro consultado por terceiros. A empresa recusou expressamente o pedido. Nessa situação, de acordo com a CF/1988, Carolina

- a) não poderá usar o *habeas data*, pois a natureza privada da empresa afasta essa garantia constitucional, ainda que o cadastro disponibilize informações a terceiros.
- b) deverá impetrar mandado de segurança coletivo, pois o acesso a dados pessoais mantidos por empresa privada exige a atuação de associação constituída há pelo menos um ano.
- c) poderá propor ação popular, uma vez que a divulgação de informações por empresa privada

constitui, por si só, ato lesivo à moralidade administrativa e ao patrimônio público.

- d) deverá impetrar mandado de injunção, pois a recusa de acesso demonstra a falta de norma regulamentadora do direito constitucional à proteção de dados pessoais.
- e) poderá impetrar *habeas data* para conhecer as informações relativas à sua pessoa, pois o cadastro tem caráter público, sendo gratuita a ação.

35. De acordo com a CF/1988, no âmbito da competência concorrente para legislar sobre direito financeiro

- a) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados ficam impedidos de legislar até que a União exerça sua competência.
- b) na ausência de lei federal sobre normas gerais, o Estado exerce competência legislativa plena; lei federal posterior suspende a eficácia das disposições estaduais que lhe forem contrárias.
- c) a edição posterior de normas gerais federais revoga integralmente a lei estadual anterior, inclusive na parte compatível com a legislação da União.
- d) compete à União editar normas gerais e aos Estados apenas executá-las administrativamente, sendo vedada a edição de leis estaduais suplementares sobre direito financeiro.
- e) os Estados podem editar normas gerais nacionais de direito financeiro quando considerarem insuficiente a lei federal, afastando sua aplicação no território estadual.

36. De acordo com a CF/1988, no exercício de sua função de agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado

- a) estabelece planejamento obrigatório para todas as empresas privadas, pois as metas públicas prevalecem integralmente sobre a livre iniciativa.
- b) pode explorar diretamente qualquer atividade econômica de seu interesse, desde que o faça por empresa pública sujeita ao direito privado.
- c) exerce funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
- d) exerce fiscalização e planejamento, mas não pode incentivar atividades econômicas, função reservada às entidades privadas autorizadas por lei.
- e) deve explorar diretamente as atividades econômicas como regra, deixando à iniciativa privada apenas aquelas sem relevante interesse coletivo.

37. De acordo com a CF/1988, o Presidente da República pode, mediante decreto,

- a) criar órgãos públicos federais para reorganizar a administração, desde que a medida não acarrete aumento de despesa.
- b) extinguir cargos públicos ocupados, desde que coloque seus titulares em disponibilidade e preserve sua remuneração.
- c) extinguir órgãos da administração federal quando a medida for proposta pelo ministro competente e não elevar as despesas.
- d) dispor sobre a organização da administração federal, sem aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos, e extinguir funções ou cargos vagos.
- e) criar funções públicas para substituir cargos vagos extintos, desde que o custo das novas funções não ultrapasse a economia obtida com as extinções.

38. De acordo com as regras atuais da CF/1988 sobre a perda da nacionalidade brasileira

- a) a aquisição voluntária de outra nacionalidade provoca automaticamente a perda da brasileira, mesmo sem pedido expresso.
 - b) a naturalização pode ser cancelada administrativamente quando o naturalizado praticar conduta considerada nociva ao interesse nacional.
 - c) o pedido expresso de perda da nacionalidade é admitido mesmo que produza apatridia, desde que apresentado à autoridade brasileira competente.
 - d) o cancelamento judicial da naturalização pode decorrer de fraude no processo ou da prática de qualquer crime doloso após sua conclusão.
 - e) a aquisição de outra nacionalidade não provoca, por si só, a perda da brasileira, e o pedido expresso de perda não pode gerar apatridia.
-

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA*Rodrigo Bet*

39. Em determinado município catarinense, Joana, reconhecidamente pobre na forma da lei, foi informada de que deveria pagar pelo registro e pela certidão de adoção de menor. Em situação distinta, Carlos apresentou requerimento administrativo para que fosse suprida omissão do Poder Público que tornava inviável o exercício de direito constitucional, mas a autoridade afirmou que poderia analisar o pedido em até sessenta dias.

À luz da Constituição do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta.

- a) A cobrança feita a Joana é válida, pois a gratuidade constitucional alcança apenas o registro civil e a certidão de nascimento, enquanto o prazo informado a Carlos está correto.
- b) A cobrança feita a Joana é inválida, mas a omissão administrativa somente precisa ser suprida após provocação judicial do interessado.
- c) A cobrança feita a Joana é inválida e a omissão deve ser suprida, na esfera administrativa, no prazo de trinta dias contado do requerimento, sem prejuízo da utilização de medidas judiciais.
- d) A cobrança feita a Joana é válida, salvo se houver decisão judicial específica reconhecendo a gratuidade, e o prazo para suprir a omissão é de trinta dias úteis.
- e) A cobrança feita a Joana é inválida, pois todos os atos de registro civil são gratuitos a qualquer cidadão, e a omissão deve ser suprida em quinze dias.

40. Durante fiscalização financeira estadual, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina solicitou ao Tribunal de Contas informações sobre auditoria realizada em órgão do Poder Executivo. Paralelamente, a Administração encaminhou ao Tribunal atos de nomeação para cargos exclusivamente em comissão, para fins de registro, e sustentou que caberia ao próprio Tribunal julgar as contas anuais do Governador.

Considerando as competências previstas na Constituição do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta.

- a) O Tribunal de Contas deve prestar as informações solicitadas em até sessenta dias, registrar as nomeações para cargos em comissão e julgar as contas anuais do Governador.
- b) O Tribunal de Contas pode recusar as informações solicitadas pela Assembleia Legislativa quando a auditoria tiver sido realizada por iniciativa própria, mas deve apreciar para registro todas as admissões de pessoal.
- c) O Tribunal de Contas deve prestar as informações solicitadas em até trinta dias e julgar as contas anuais do Governador, cabendo à Assembleia Legislativa apenas acompanhar o respectivo processo.
- d) O Tribunal de Contas deve prestar as informações solicitadas em até trinta dias; as nomeações para cargo de provimento em comissão são excepcionadas da apreciação para fins de registro; e as contas anuais do Governador são objeto de parecer prévio, e não de julgamento pelo Tribunal.
- e) O Tribunal de Contas somente pode prestar informações por solicitação do Presidente da Assembleia Legislativa, devendo, contudo, registrar os atos de nomeação em comissão e emitir parecer prévio sobre as contas do Governador em noventa dias.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

41. A respeito das garantias constitucionais e dos remédios postos à disposição do cidadão para coibir o abuso de poder, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição Federal exige o recolhimento prévio de taxa específica para o exercício do direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- b) Conforme disposição expressa do art. 5º, XXXIV, da Constituição Federal, o direito de petição é assegurado a todos, independentemente do pagamento de taxas, para a defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- c) O mandado de segurança é instrumento cabível unicamente contra atos praticados por agentes de pessoas jurídicas de direito público, excluindo-se as atribuições delegadas do Poder Público.
- d) A desapropriação de um bem por prefeito municipal com o intuito de beneficiar ou prejudicar determinado indivíduo consubstancia hipótese de excesso de poder por vício de competência.
- e) A concessão de licença a servidor promovida por autoridade que não possui a devida competência ou delegação caracteriza desvio de finalidade.

42. Considere as disposições expressas da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) relativas à classificação das informações quanto ao grau de sigilo e à proteção de informações pessoais. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A informação classificada no grau reservado permanecerá sob restrição de acesso pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, enquanto a informação secreta vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos.
- b) As informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção.

c) A competência para classificar a informação no grau de sigilo ultrassecreto cabe exclusivamente ao Presidente da República, sendo vedada qualquer delegação dessa atribuição a agentes públicos.

d) O consentimento expresso da pessoa a que se referem as informações pessoais será indispensável em qualquer situação, não sendo admitida a divulgação das informações mesmo quando necessária à prevenção e diagnóstico médico do incapaz.

e) O prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como ultrassecreta é de 30 (trinta) anos, contados a partir do encerramento do mandato da autoridade que a classificou.

43. O controle da Administração Pública abrange o julgamento de contas, a fiscalização orçamentária e os limites de atuação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A respeito da jurisprudência correlata aos sistemas de controle, assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional norma estadual que concede ao Tribunal de Contas local a prerrogativa de determinar a realização de auditorias aos órgãos de controle interno dos demais Poderes estaduais.
- b) A inércia do Tribunal de Contas estadual em emitir o parecer prévio, quando extrapolado em muito o prazo constitucionalmente estipulado, não impede o Poder Legislativo de julgar as contas anuais do chefe do Poder Executivo estadual.
- c) A pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas que imputa débito a responsável é imprescritível, nos termos do art. 37, § 5º, da Constituição Federal.
- d) A apreciação das contas de gestão prestadas por Prefeitos na qualidade de ordenadores de despesas compete exclusivamente às Câmaras Municipais, cabendo ao Tribunal de Contas a emissão de mero parecer prévio.
- e) O julgamento das contas dos órgãos do Poder Legislativo que auxiliam o controle externo, como o Tribunal de Contas, deve ser efetuado de forma conclusiva pelo próprio plenário da Corte de Contas.

44. Durante a fase de instrução processual de uma ação de improbidade administrativa, o Ministério Público requereu cautelar no decorrer do processo, pleiteando o afastamento provisório do agente do cargo funcional. A respeito da medida de afastamento preventivo regida pelo art. 20 da Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta:

- a) O afastamento preventivo constitui sanção de natureza punitiva aplicável independentemente do trânsito em julgado.
- b) A autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.
- c) O afastamento cautelar acarretará o encerramento do pagamento do subsídio ou vencimento ao servidor durante todo o período em que perdurar a medida.
- d) O afastamento preventivo poderá ser determinado diretamente pela autoridade administrativa responsável pela apuração interna dos fatos.
- e) A medida cautelar de afastamento poderá ser fixada pelo prazo improrrogável de até 180 (cento e oitenta) dias.

45. Considere a situação em que um órgão da Administração Pública Federal efetuou a classificação de determinada informação no grau de sigilo secreto, sob o fundamento de que sua divulgação poderia pôr em risco a vida e a segurança da população. Passados dez anos da data de produção da informação, um cidadão apresentou pedido de desclassificação do documento, requerendo acesso integral ao seu conteúdo. O pedido de desclassificação foi protocolado diretamente perante a autoridade classificadora do respectivo órgão e, em decisão fundamentada, foi indeferido. Nos termos da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), assinale a afirmativa correta quanto ao procedimento recursal cabível:

- a) O requerente poderá interpor recurso à Controladoria-Geral da União no prazo de dez dias contados da ciência da decisão que indeferiu o pedido de desclassificação.
- b) Negado o pedido de desclassificação de informação protocolado em órgão ou entidade, pode o requerente recorrer ao Ministro de Estado da área, e esse recurso será submetido diretamente a essa autoridade, sem necessidade de tramitação hierárquica prévia.
- c) Negado o pedido de desclassificação de informação protocolado em órgão ou entidade, pode o requerente recorrer ao Ministro de Estado da área, ressalvado que esse recurso somente pode ser dirigido a esta autoridade depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada.
- d) O requerente deverá submeter recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações para reavaliar a classificação, não cabendo recurso ao Ministro de Estado em se tratando de sigilo grau secreto.
- e) O requerente poderá interpor recurso hierárquico no prazo de cinco dias, a contar da ciência da decisão impugnada, devendo a autoridade revisora deliberar no prazo de dez dias.

46. Acerca dos atos de improbidade administrativa e do entendimento dos Tribunais Superiores sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A Defensoria Pública possui legitimidade autônoma e concorrente para propor a ação civil de improbidade administrativa.
- b) A utilização conjunta das Leis n. 8.429/1992 e n. 12.846/2013 para fundamentar uma mesma ação civil configura, por si só, violação ao princípio do *non bis in idem*, acarretando nulidade da inicial.
- c) O foro especial por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal em relação às infrações penais comuns é extensível às ações de improbidade administrativa, em razão da gravidade das sanções impostas.
- d) Para fins de indisponibilidade de bens, há solidariedade entre os corréus da ação de improbidade administrativa, sendo permitido e lícito que o bloqueio judicial corresponda ao débito total exigido em relação a cada um dos envolvidos individualmente.
- e) A cassação da aposentadoria de servidor público, como consequência da perda da função pública por ato de improbidade administrativa, é admissível mesmo sem previsão expressa na Lei de Improbidade Administrativa, não configurando confisco ou enriquecimento ilícito do Estado.

47. A responsabilidade civil do Estado e das pessoas jurídicas prestadoras de serviço público é tema frequente em demandas judiciais, possuindo contornos bem definidos pela jurisprudência dos Tribunais Superiores. Com base nesse entendimento jurisprudencial, assinale a alternativa correta.

- a) O Estado responde solidariamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado, quando os exames são cancelados por indícios de fraude.
- b) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários do serviço, restando afastada tal objetividade em relação aos terceiros não-usuários.
- c) O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
- d) A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo facultado ao ofendido demandar diretamente contra o autor do ato.
- e) Caracteriza-se a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, sendo irrelevante e dispensável a demonstração do nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

48. A Lei nº 14.133/2021 estabeleceu expressamente no seu texto o princípio do desenvolvimento nacional sustentável aplicável às contratações públicas, que deve permear as diversas fases e instrumentos do processo licitatório. Acerca da aplicação e das disposições atinentes a esse princípio na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) A busca pelo desenvolvimento nacional sustentável impõe que, em processos de licitação, o menor preço global ou unitário, conjugado à melhor técnica, prevaleçam sobre a utilização de bens reciclados e recicláveis, vedando-se a criação de margem de preferência baseada apenas em sustentabilidade ambiental.
- b) As licitações públicas devem assegurar que o estudo técnico preliminar contemple unicamente a descrição da finalidade e viabilidade técnica da contratação, sendo que as medidas mitigadoras e os requisitos de baixo consumo devem ser elencados exclusivamente no projeto executivo da obra ou serviço.
- c) O desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas fundamenta a possibilidade da criação de medidas de compensação comercial ou tecnológica a serem observadas por órgãos e entidades da administração, sem possibilidade de aplicar o princípio às questões de proteção ambiental, que têm regulamento apartado.
- d) Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, entre outros, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem a prática de mitigação, que reduza o uso de recursos e emissões.
- e) O atendimento a normas e especificações ambientais na licitação e contratação pública garante a escolha da proposta pautada no aspecto econômico em sentido estrito, por não se admitir contratação por valor superior por empresas que adotam critérios ambientais ou que geram emprego e renda.

49. A Administração Pública, no exercício de suas prerrogativas contratuais e buscando assegurar a regularidade da execução dos contratos administrativos, estabelece mecanismos de fiscalização e atuação. No tocante a essas prerrogativas, denominadas cláusulas exorbitantes na Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta:

- a) A administração é obrigada a manter, no local da obra ou do serviço, um preposto por ela designado, sendo este o único responsável por assumir a responsabilidade civil objetiva pela precisão das informações e regularização das faltas observadas.
- b) Em decorrência do princípio da excepcionalidade dos contratos administrativos, a legislação veda a contratação de terceiros para assistir os fiscais de contrato, exigindo-se que a atividade de fiscalização e assessoramento seja privativa dos servidores públicos de controle interno da Administração.
- c) Nos contratos firmados pela Administração Pública, caso haja atraso superior a sessenta dias, contado do vencimento das obrigações contratuais, o contratado poderá opor imediatamente a exceção do contrato não cumprido, suspendendo os serviços, independentemente de ocorrência de estado de calamidade pública.
- d) Quando as medidas para a regularização de faltas ou defeitos na execução do contrato ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, este deverá adotar providências cautelares imediatas para extinção do contrato, substituindo a autoridade superior no ato para evitar prejuízo ao erário.
- e) É permitido à administração a contratação de terceiros para assistir ou subsidiar o fiscal do contrato com informações, sendo que essa contratação não eximirá de responsabilidade o fiscal, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado, o qual não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato.

50. O prazo de duração dos contratos administrativos obedece a limites e regras específicas estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, que variam de acordo com a natureza, os investimentos exigidos e o objeto da avença. Acerca da vigência dos contratos, assinale a alternativa correta:

- a) O prazo máximo aplicável aos contratos de aluguel de equipamentos e de utilização de programas de informática é de quinze anos, por se tratarem de operação continuada de sistemas estruturantes, cuja descontinuidade pode comprometer a atuação dos órgãos públicos.
- b) Os contratos cujo objeto é a prestação de serviços com o objetivo de proporcionar economia ao contratante terão duração de até 35 anos, desde que o ente público seja usuário do serviço oferecido em regime de monopólio com previsão orçamentária atestada no plano plurianual (PPA).
- c) Os contratos em que a administração for usuária de serviço público, quando os serviços forem oferecidos em regime de monopólio, poderão ter vigência por prazo indeterminado, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.
- d) Na contratação que gere receita para a administração, os prazos de duração serão de até 10 anos quando houver exigência legal de elaboração de benfeitorias permanentes custeadas pelo contratado, revertidas ao término do contrato.
- e) Para os contratos firmados por escopo predefinido, em virtude do princípio da eficiência, o prazo estipulado é improrrogável; caso a contratada não conclua a prestação pactuada no prazo exato, o contrato extinguir-se-á automaticamente, instaurando-se imediata licitação para finalização da obra ou serviço.

CIÊNCIA E ANÁLISE DE DADOS

Emannuelle Gouveia

51. Uma organização precisa integrar registros de um banco relacional, documentos JSON e arquivos de áudio em uma mesma solução analítica. Quanto à natureza desses dados, a classificação adequada é:

- a) Os registros relacionais são estruturados, os documentos JSON são semiestruturados e os arquivos de áudio são não estruturados.
- b) Os registros relacionais e os documentos JSON são estruturados, enquanto os arquivos de áudio são semiestruturados.
- c) Os documentos JSON são não estruturados, pois não exigem um esquema tabular rígido previamente definido.
- d) Os arquivos de áudio são semiestruturados sempre que possuem metadados, pois esses metadados alteram a natureza do conteúdo principal.
- e) Os registros relacionais são semiestruturados, pois sua organização depende das relações estabelecidas entre tabelas.

52. Uma base destinada à análise apresenta registros duplicados, valores ausentes e formatos diferentes para um mesmo atributo. Antes de interpretar os resultados, a medida tecnicamente adequada consiste em:

- a) Excluir todos os registros que contenham valores ausentes, independentemente da proporção ou da relevância desses dados para a análise.
- b) Manter as duplicidades, pois sua remoção altera necessariamente a representatividade da amostra e compromete a análise.
- c) Avaliar a origem e o impacto das inconsistências e aplicar procedimentos de limpeza, padronização e tratamento compatíveis com a finalidade da análise.
- d) Substituir automaticamente todos os valores ausentes pela média do respectivo atributo, independentemente do tipo de variável e da distribuição dos dados.
- e) Iniciar a interpretação dos resultados antes do tratamento, pois problemas de qualidade afetam apenas a apresentação dos dados, e não as conclusões obtidas.

53. Na análise de despesas públicas, uma equipe utiliza dados históricos para identificar padrões de execução orçamentária e subsidiar atividades de controle. Sobre o uso analítico desses dados, é correto afirmar que:

- a) A identificação de correlações entre variáveis permite concluir, por si só, que uma delas é causa das alterações observadas na outra.
- b) A existência de grande volume de dados elimina a necessidade de avaliar sua qualidade antes da obtenção de indicadores.
- c) A análise descritiva tem como finalidade principal prever valores futuros a partir de modelos estatísticos ou de aprendizado de máquina.
- d) A identificação de valores atípicos em despesas comprova necessariamente a ocorrência de irregularidade administrativa.

e) Técnicas de análise podem apoiar a identificação de padrões, tendências e anomalias relevantes para o controle, sem dispensar a avaliação do contexto e das evidências relacionadas aos resultados.

54. Ao examinar uma série histórica de arrecadação, foram observados crescimento persistente ao longo dos períodos, oscilações recorrentes em determinadas épocas e alguns valores muito distantes do comportamento habitual. A interpretação adequada desses elementos é:

- a) O crescimento persistente representa uma correlação, enquanto as oscilações recorrentes constituem necessariamente anomalias.
 - b) O crescimento persistente pode caracterizar uma tendência, as oscilações recorrentes podem revelar padrões e os valores muito discrepantes podem ser investigados como possíveis anomalias.
 - c) Os valores discrepantes devem ser removidos antes de qualquer análise, pois não podem representar ocorrências legítimas.
 - d) A presença de uma tendência comprova que as variações observadas são causadas pelo decorrer do tempo.
 - e) As oscilações recorrentes demonstram correlação entre as variáveis analisadas, mesmo quando apenas uma variável foi considerada.
-

55. Em uma solução de BI, dados provenientes de diferentes sistemas são consolidados e disponibilizados para acompanhamento de indicadores e apoio à tomada de decisão. Nesse processo:

- a) A integração e a organização dos dados permitem produzir informações analíticas e acompanhar indicadores relevantes para a gestão.
- b) O BI substitui os sistemas transacionais, passando a executar diretamente as operações responsáveis pela geração dos dados de negócio.
- c) Os dashboards utilizados em BI armazenam os dados operacionais originais e dispensam estruturas destinadas à integração e ao tratamento das informações.
- d) A utilização de BI restringe-se à análise de dados em tempo real, não sendo adequada à comparação de informações históricas.
- e) Os indicadores produzidos por uma solução de BI eliminam a necessidade de interpretação, pois representam conclusões definitivas sobre o desempenho analisado.

56. Uma organização pretende utilizar seus dados não apenas para compreender resultados passados, mas também para estimar comportamentos futuros e apoiar a escolha de ações. A correspondência adequada entre as abordagens analíticas e suas finalidades encontra-se em:

- a) Analytics descritivo — determina as ações que devem ser executadas para alcançar determinado resultado futuro.
- b) Analytics preditivo — explica exclusivamente as causas que levaram à ocorrência de determinado evento passado.
- c) Analytics prescritivo — limita-se à apresentação de indicadores históricos por meio de relatórios e dashboards.
- d) Analytics preditivo — utiliza dados e modelos para estimar resultados ou comportamentos futuros com base em padrões identificados.
- e) Analytics diagnóstico — projeta probabilidades de eventos futuros sem investigar fatores relacionados aos resultados observados.

57. Em uma base com grande volume de registros, pretende-se descobrir grupos de elementos com características semelhantes sem que existam categorias previamente definidas. Para essa finalidade:

- a) A classificação é a técnica mais adequada, pois atribui classes aos registros sem utilizar exemplos previamente rotulados.
- b) A regressão deve ser utilizada, pois sua finalidade é formar grupos de registros com características semelhantes.
- c) As regras de associação são destinadas exclusivamente à previsão de valores numéricos contínuos.
- d) O agrupamento exige que cada registro possua previamente um rótulo indicando a classe à qual pertence.
- e) O agrupamento pode identificar estruturas e grupos naturais nos dados com base em medidas de similaridade, sem depender de classes previamente definidas.

58. Em um projeto de modernização administrativa, diferentes órgãos precisam trocar informações entre seus sistemas e utilizar os dados integrados na execução de processos e na tomada de decisões. A solução compatível com esses objetivos é:

- a) Manter bases isoladas e realizar transferências manuais de dados, preservando formatos próprios em cada sistema.
- b) Automatizar decisões administrativas exclusivamente com base nos dados disponíveis, eliminando controles e revisões humanas.
- c) Padronizar apenas a interface visual dos sistemas, pois a interoperabilidade independe da compatibilidade entre dados e serviços.
- d) Adotar padrões de interoperabilidade para viabilizar a troca de informações, automatizar etapas adequadas dos processos e utilizar dados de qualidade como suporte à gestão e às decisões.
- e) Centralizar todos os dados em um único sistema, pois a interoperabilidade somente ocorre quando diferentes órgãos utilizam a mesma aplicação.

59. Ao utilizar uma aplicação de IA generativa para produzir textos a partir de instruções fornecidas pelo usuário, deve-se considerar que:

- a) O conteúdo gerado resulta de padrões aprendidos pelo modelo e pode apresentar informações incorretas ou não fundamentadas, exigindo avaliação antes de sua utilização.
- b) A geração de conteúdo ocorre exclusivamente pela recuperação literal de trechos armazenados durante o treinamento.
- c) As respostas produzidas pelo modelo são necessariamente verdadeiras quando apresentam estrutura textual coerente e linguagem adequada.
- d) O modelo consulta automaticamente fontes externas atualizadas antes de produzir qualquer resposta, independentemente dos recursos disponíveis na aplicação.
- e) A capacidade de gerar novos conteúdos implica que o modelo compreende os fatos e conceitos da mesma forma que um ser humano.

60. Nos modelos de linguagem de grande porte, o processamento do texto envolve sua representação em unidades denominadas tokens. A partir desse funcionamento:

- a) Um LLM pode estimar probabilidades para os próximos tokens com base no contexto recebido e nos padrões aprendidos durante o treinamento.
- b) Cada token corresponde necessariamente a uma palavra completa, independentemente do idioma ou do método de tokenização utilizado.
- c) A geração de cada token exige uma nova etapa de treinamento dos parâmetros do modelo.
- d) O contexto fornecido pelo usuário não influencia a geração, pois as respostas são determinadas exclusivamente pelos parâmetros aprendidos no treinamento.
- e) A tokenização converte cada sentença diretamente em uma única representação numérica, impedindo seu processamento em unidades menores.

ÉTICA, INTEGRIDADE E PREVENÇÃO AO ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO

Rodrigo Bet

61. Uma secretaria publica integralmente seus relatórios de execução orçamentária, mas utiliza arquivos sem organização e linguagem excessivamente técnica. Ao receber sugestões de melhoria, o gestor afirma que a mera disponibilização dos dados esgota seu dever de transparência. Sob a perspectiva da ética no setor público, a atuação do gestor

- a) está adequada, pois a transparência se realiza com a divulgação formal, independentemente da possibilidade de compreensão pelo cidadão.
- b) somente exige revisão se houver demonstração de dano financeiro, pois a avaliação ética depende de prejuízo ao erário.
- c) é insuficiente, pois a transparência deve favorecer a compreensão das informações e o exercício efetivo do controle social.
- d) deve priorizar a compreensão dos órgãos de controle, sendo dispensável a acessibilidade das informações à sociedade.
- e) está adequada se a publicação observar a legalidade, que constitui critério suficiente para avaliar a eticidade da conduta.

62. Ao revisar suas práticas de conduta, um órgão público considerou as seguintes proposições:

- I. Um código de ética pode orientar escolhas e prevenir desvios, sem se restringir à aplicação de punições.
- II. O cumprimento literal de uma regra dispensa a avaliação da finalidade pública da conduta.
- III. Justificar uma irregularidade com a afirmação de que “todos fazem assim” pode revelar um mecanismo de desengajamento moral.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I.
- e) III.

63. Em uma unidade de fiscalização, apuraram-se três condutas independentes: Paulo solicitou vantagem indevida para omitir ato de ofício; Helena exigiu vantagem indevida de um administrado, valendo-se de sua função; e Bruno deixou de praticar ato de ofício para beneficiar um amigo, por sentimento pessoal, sem solicitar ou receber vantagem. Considerando os elementos descritos, as condutas de Paulo, Helena e Bruno caracterizam, respectivamente,

- a) corrupção ativa, concussão e condescendência criminosa.
- b) concussão, corrupção passiva e prevaricação.
- c) corrupção passiva, excesso de exação e condescendência criminosa.
- d) corrupção ativa, corrupção passiva e prevaricação.
- e) corrupção passiva, concussão e prevaricação.

64. Na avaliação de um processo de compras, a equipe identificou contratações emergenciais recorrentes com o mesmo fornecedor e concentração de decisões em um único servidor. A respeito da gestão de riscos de fraude e corrupção, considere:

- I. Essas situações constituem sinais de alerta, mas não demonstram, por si sós, a ocorrência de irregularidade.
- II. O risco inerente é mensurado após a consideração da efetividade dos controles existentes.
- III. No triângulo da fraude, a oportunidade é o componente mais diretamente controlável pela organização.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II.
- e) III.

65. Uma empresa pretende demonstrar a efetividade de seu programa de integridade para fins de avaliação segundo o art. 57 do Decreto nº 11.129/2022, que regulamenta a Lei nº 12.846/2013. NÃO corresponde a parâmetro previsto nesse dispositivo

- a) o comprometimento da alta direção, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa.
- b) a existência de canais de denúncia amplamente divulgados e de mecanismos de proteção de denunciantes de boa-fé.
- c) o registro do código de ética em cartório como condição de validade do programa de integridade.
- d) a realização de diligências apropriadas, baseadas em risco, para contratação e supervisão de terceiros.
- e) o monitoramento contínuo do programa, destinado ao aperfeiçoamento da prevenção, detecção e combate aos atos lesivos.

66. Uma organização distribuiu suas atribuições da seguinte forma: os gestores operacionais identificam e tratam os riscos de seus processos; a área de compliance orienta e monitora a conformidade; a auditoria interna avalia, com independência, o funcionamento da governança, da gestão de riscos e dos controles. À luz do Modelo das Três Linhas do IIA, essa distribuição

- a) é adequada, pois situa a gestão operacional na primeira linha, o compliance na segunda e a auditoria interna na terceira.
- b) é inadequada, pois a auditoria interna deve implantar os controles que posteriormente avaliará.
- c) é inadequada, pois a identificação e o tratamento dos riscos competem exclusivamente ao compliance.
- d) é adequada apenas se a segunda linha assumir a mesma independência da auditoria interna perante as decisões de gestão.
- e) é inadequada, pois o reporte da auditoria ao órgão de governança a transforma em integrante da primeira linha.

67. O diretor de uma empresa determinou a publicação de um código de conduta, mas negou recursos para treinamentos e apuração de denúncias. Também ordenou que infrações praticadas por executivos fossem desconsideradas para preservar a imagem da organização. Quanto ao comprometimento da alta administração com o compliance, é correto afirmar que

- a) a publicação do código demonstra apoio suficiente da direção, pois sua atuação se encerra na aprovação das normas.
- b) a preservação da reputação autoriza o tratamento mais favorável de executivos, desde que as demais infrações sejam apuradas.
- c) a efetividade do programa depende prioritariamente da auditoria interna, que deve suprir a falta de recursos e de apoio da direção.

d) o patrocínio da alta administração consiste em assumir pessoalmente todas as investigações e afastar as áreas técnicas.

e) a conduta compromete o tom do topo, que exige exemplo, recursos, apoio à apuração e aplicação isonômica das regras.

68. Um representante da sociedade empresária Alfa prometeu vantagem indevida a agente público para obter benefício em favor da empresa. Em sua defesa, Alfa sustentou que não poderia ser responsabilizada porque não se demonstrou culpa de seus administradores e porque a responsabilização da empresa excluiria a das pessoas físicas. Nos termos da Lei nº 12.846/2013,

- a) a primeira alegação procede, pois a responsabilização administrativa da pessoa jurídica depende da demonstração de culpa de seus dirigentes.
- b) as alegações não procedem, pois a pessoa jurídica responde objetivamente pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, e a responsabilidade das pessoas físicas não é excluída.
- c) a segunda alegação procede, pois a responsabilização objetiva da empresa absorve a responsabilidade dos administradores envolvidos.
- d) a pessoa jurídica somente responde se o benefício buscado for exclusivamente seu, sem qualquer vantagem para terceiros.
- e) a responsabilidade objetiva alcança tanto a pessoa jurídica quanto seus administradores, sendo dispensável examinar a culpabilidade destes.

69. A sociedade Beta incorporou a sociedade Gama. Antes da incorporação, Gama praticara ato lesivo abrangido pela Lei nº 12.846/2013. Não houve simulação nem evidente intuito de fraude, e o patrimônio transferido a Beta foi de R\$ 3 milhões. Sobre a responsabilidade da sucessora, considere:

- I. Restringe-se à obrigação de pagamento de multa e de reparação integral do dano, até o limite do patrimônio transferido.
- II. Abrange automaticamente todas as demais sanções previstas na lei pelos atos anteriores à incorporação.
- III. A limitação legal não significa que a incorporação tenha extinguido toda responsabilidade pelo ato anterior.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

70. Uma empresa foi responsabilizada administrativamente por ato lesivo à Administração Pública. Sendo possível utilizar o critério do faturamento bruto para calcular a multa, a Lei nº 12.846/2013 estabelece que essa sanção

- a) varia de 0,1% a 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, e nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível estimá-la.
- b) varia de 1% a 30% do faturamento líquido do exercício em que foi praticado o ato lesivo.
- c) deve corresponder ao valor da vantagem auferida, sem consideração do faturamento e sem possibilidade de superá-la.
- d) substitui a obrigação de reparação integral do dano quando aplicada em conjunto com a publicação extraordinária da decisão condenatória.

- e) somente pode ser aplicada isoladamente, sendo vedada sua cumulação com a publicação extraordinária da decisão condenatória.

CONHECIMENTOS REGIONAIS DE SANTA CATARINA

Sérgio Henrique

71. O Censo Demográfico 2022 registrou uma inflexão histórica nos fluxos migratórios internos brasileiros. Estados que tradicionalmente absorviam grandes contingentes de migrantes passaram a apresentar saldos negativos, enquanto Santa Catarina assumiu, pela primeira vez, a liderança nacional de atração populacional. O fenômeno combina fatores econômicos, qualidade de vida e dinamismo do mercado de trabalho.

Sobre esse fenômeno, é correto afirmar que:

- a) Santa Catarina registrou o maior saldo migratório interno do país entre 2017 e 2022, enquanto estados como São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram saldos negativos no período.
- b) o saldo migratório positivo de Santa Catarina decorreu principalmente do retorno de emigrantes brasileiros que viviam no exterior, e não de fluxos interestaduais.
- c) São Paulo manteve a liderança nacional de atração de migrantes, com Santa Catarina em posição intermediária entre os estados do Sul.
- d) o saldo migratório catarinense foi negativo, refletindo a perda de competitividade econômica do estado frente ao Centro-Oeste.
- e) o saldo migratório é calculado pela diferença entre nascimentos e óbitos registrados no período censitário.

72. O Censo 2022 confirmou a tendência histórica de urbanização brasileira, com a grande maioria da população vivendo em áreas urbanas. Em Santa Catarina, o padrão de ocupação herdado da colonização europeia, baseado em pequenas propriedades familiares e policultoras, colaborou para a fixação das famílias no campo.

Sobre esse quadro, é correto afirmar que:

- a) a taxa de urbanização catarinense supera a média nacional, refletindo o êxodo rural provocado pela mecanização.
- b) a população rural catarinense praticamente desapareceu, em razão da mecanização da agropecuária estadual.
- c) a urbanização catarinense situa-se abaixo da média nacional, e a estrutura fundiária de colonização contribuiu para a fixação de população no campo.
- d) o crescimento populacional recente concentrou-se no interior serrano, com perda generalizada de habitantes nos municípios litorâneos.
- e) a estrutura fundiária catarinense é dominada por grandes propriedades extensivas, que expulsaram a população rural para as capitais regionais.

73. A Serra Catarinense consolidou-se como um dos principais destinos de turismo de inverno do Brasil. Na temporada de 2025, levantamento da Fecomércio-SC registrou o maior gasto médio por grupo desde 2017, com a maioria dos visitantes proveniente do próprio estado.

Sobre o turismo de inverno catarinense, é correto afirmar que:

- a) a neve na Serra Catarinense é fenômeno garantido em todos os invernos, com ocorrência regular e previsível em todos os municípios serranos.
- b) a temporada de inverno de 2025 registrou o maior gasto médio por grupo de visitantes da série histórica, e a maioria dos turistas era proveniente do próprio estado de Santa Catarina.
- c) o turismo de inverno catarinense concentra-se no litoral norte, onde as correntes frias do Atlântico produzem neve frequente.

d) o gasto médio por grupo de visitantes caiu na temporada de 2025, refletindo a perda de competitividade da Serra frente aos destinos de neve do exterior.

e) a Serra Catarinense registra as menores temperaturas do estado no inverno, o que explica a saída dos locais para destinos de calor.

74. O Extremo Oeste catarinense abriga a única fronteira terrestre internacional do estado. A região articula municípios-gêmeos brasileiros e argentinos da faixa de fronteira definida pela legislação nacional de segurança e desenvolvimento regional.

Sobre a fronteira catarinense, é correto afirmar que:

- a) Santa Catarina faz fronteira terrestre com a Argentina no Extremo Oeste, e Dionísio Cerqueira articula-se à cidade argentina de Bernardo de Irigoyen, abrigando ponto de fronteira seco alfandegado.
- b) a fronteira internacional de Santa Catarina é exclusivamente marítima e corresponde à Plataforma Continental.
- c) a faixa de fronteira definida em lei alcança apenas os municípios interioranos e litorâneos, por se referirem à zona de segurança nacional.
- d) Dionísio Cerqueira faz fronteira com o Paraguai, na região da tríplice fronteira, no Iguaçu.
- e) A faixa de fronteira ficou de fora do Território Federal do Iguaçu, criado por Getúlio Vargas durante a Segunda Guerra Mundial.

75. A Guerra do Contestado (1912–1916) foi um dos maiores conflitos sociais da Primeira República brasileira. Ocorreu na área da divisa entre Santa Catarina e Paraná, envolvendo sertanejos, questões fundiárias, a construção da estrada de ferro e a atuação de empresas madeireiras estrangeiras.

Sobre o conflito, é correto afirmar que:

- a) a Guerra do Contestado foi um conflito internacional entre Brasil e Argentina, resolvido por arbitragem diplomática após a demarcação dos limites.
- b) o conflito envolveu a disputa territorial entre Santa Catarina e Paraná, tensões sociais e fundiárias, a construção ferroviária e a exploração madeireira na região contestada.
- c) a Guerra do Contestado foi um movimento messiânico contra o capital estrangeiro e defendia a colonização do interior pelo caboclo.
- d) o conflito resultou exclusivamente de disputas religiosas entre ordens monásticas católicas, sem dimensão econômica.
- e) a Guerra do Contestado ocorreu no século XVIII, durante o período colonial, motivada pela disputa entre Portugal e Espanha pelos limites do Tratado de Tordesilhas.

76. A formação cultural de Santa Catarina resulta de fluxos migratórios sucessivos que ocuparam regiões específicas do território. Açorianos colonizaram o litoral a partir do século XVIII; alemães instalaram colônias no Vale do Itajaí e no Norte; italianos chegaram em grande escala a partir de 1875 e marcaram o Sul do estado. O patrimônio cultural reconhecido expressa essa pluralidade em arquitetura, festas e modos de vida.

Sobre essa formação cultural, é correto afirmar que:

- a) a imigração europeia tornou a cultura catarinense homogênea, com baixas diferenças regionais e relevância de outros grupos e processos históricos.
- b) a colonização açoriana, iniciada no século XVIII, marcou o litoral catarinense; a imigração alemã deixou marcas como a arquitetura enxaimel no Vale do Itajaí; e a imigração italiana, intensificada a partir de 1875, contribuiu para a identidade do Sul do estado.
- c) a imigração italiana foi o primeiro fluxo migratório a chegar a Santa Catarina, precedendo a colonização açoriana em mais de um século.
- d) a arquitetura enxaimel, típica das áreas de colonização alemã, é originária da tradição construtiva italiana trazida pelos imigrantes vênnetos.
- e) o patrimônio cultural catarinense limita-se às manifestações de origem alemã, sem reconhecimento oficial de outras tradições étnicas.

77. A produção de frangos em Santa Catarina está distribuída de forma desigual no território. A leitura de sua regionalização deve considerar a localização das unidades produtivas, a presença de agroindústrias e os fluxos que conectam propriedades rurais, fábricas de ração, abatedouros e centros de consumo ou exportação.

Frangos – Santa Catarina: microrregiões de origem das aves produzidas – 2025

Microrregião	Nº de aves (milhões) ⁽¹⁾	Participação (%)
Chapecó	196,33	21,4
Joaçaba	192,64	21,0
Concórdia	165,77	18,1
São Miguel do Oeste	76,89	8,4
Xanxerê	74,33	8,1
Canoinhas	49,92	5,5
Araranguá	49,53	5,4
Criciúma	40,18	4,4
Tubarão	24,07	2,6
Curitibanos	13,71	1,5
Demais microrregiões	32,21	3,5
Total	915,58	100

Fonte: Cidasc, abril/2026

⁽¹⁾ Os dados incluem as aves abatidas em Santa Catarina (97,2%) e aquelas abatidas em outras UF's (2,8%), bem como as diversas categorias de galinhas destinadas ao abate.

Analise as seguintes afirmações.

- I. O Oeste concentra parcela muito expressiva da produção de frangos, associada a uma cadeia agroindustrial regionalizada.
- II. A produção se concentra principalmente no litoral, pois a proximidade dos portos é condição necessária para a criação de aves.
- III. A cadeia avícola envolve relações entre produtores rurais e unidades de processamento, conectando atividades agropecuárias e industriais.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) III, apenas.
- e) I, II e III.

78. “Santa Catarina conta com 14 polos industriais com inserção internacional. O número reflete a competitividade catarinense e a ousadia dos empreendedores do estado, que empata com Paraná e Rio Grande do Sul no número de arranjos produtivos com potencial exportador. De acordo com o estudo dos Polos Industriais de Referência, realizado pelo Observatório FIESC, em colaboração com a Rede de Observatórios do Sistema Indústria

e a Confederação Nacional da Indústria, os estados do Sul ficam atrás apenas de São Paulo”. Disponível em: <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/conheca-os-14-polos-industriais-catarinenses-com-insercao-internacional>.

Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A existência de múltiplos polos industriais indica que a economia do Norte Catarinense não depende de uma única atividade produtiva.
- b) A inserção internacional de cadeias industriais evidencia a conexão entre a produção regional e os mercados externos.
- c) Joinville exerce papel industrial relevante no estado, com destaque para o complexo metalmeccânico.
- d) Fatores históricos, estruturais e econômicos ajudam a explicar a especialização industrial de diferentes regiões catarinenses.
- e) A presença de polos industriais no Norte demonstra que a indústria de base catarinense se concentra exclusivamente nessa região do estado.

79. As inundações que atingem o Vale do Itajaí resultam da interação entre chuvas intensas, drenagem dos planaltos para os vales dos rios, e ocupação de áreas suscetíveis. Há monitoramento constante das chuvas e do volume dos rios.

Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O risco de inundação depende da interação entre fenômenos hidrológicos, ocupação do território e exposição da população.
- b) Chuvas volumosas podem elevar rapidamente os níveis dos rios, com impactos distintos conforme as características de cada trecho da bacia.
- c) A ocupação inadequada de áreas de preservação e de planícies de inundação aumenta a vulnerabilidade das cidades.
- d) O monitoramento hidrometeorológico apoia a emissão de alertas e as decisões de prevenção.
- e) A existência de barragens no sistema de contenção elimina definitivamente o risco de inundações e dispensa o planejamento do uso do solo.

80. Santa Catarina é o quarto maior produtor de leite do Brasil e, de acordo com a tabela a seguir, 9% da produção nacional.

Leite – Brasil: produção nos principais estados

Estado	Bilhões de litros						Var. % 2015-24	Partic. % 2024
	2015	2020	2021	2022	2023	2024		
Minas Gerais	9,14	9,69	9,61	9,36	9,42	9,78	7	27
Paraná	4,66	4,67	4,42	4,46	4,55	4,62	-1	13
Rio Grande do Sul	4,60	4,25	4,40	4,07	4,11	4,03	-12	11
Santa Catarina	3,06	3,14	3,16	3,13	3,20	3,30	8	9
Goiás	3,41	3,17	3,12	3,00	2,98	2,92	-14	8
São Paulo	1,77	1,65	1,57	1,52	1,53	1,51	-15	4
Pernambuco	0,86	1,04	1,14	1,17	1,33	1,46	70	4
Bahia	0,98	1,06	1,20	1,28	1,24	1,27	29	4
Ceará	0,49	0,87	0,96	1,07	1,14	1,21	147	3
Sergipe	0,38	0,36	0,44	0,50	0,66	0,68	79	2
Outros	5,26	5,41	5,17	4,99	5,09	4,97	-6	14
Brasil	34,61	35,32	35,18	34,55	35,25	35,74	3	100

Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (2025)

A ocupação do Oeste catarinense foi marcada pela divisão da terra em pequenos lotes, herdada da colonização europeia. Sobre essa base formou-se uma agropecuária familiar, hoje articulada a cooperativas e agroindústrias, que possibilitou o oeste do estado se tornar a principal bacia leiteira de Santa Catarina, com a maior parte produzida em pequenos estabelecimentos.

Assinale a alternativa INCORRETA.

- A colonização do Oeste baseou-se na divisão das terras em pequenos lotes, favorecendo a agricultura familiar.
- O Oeste consolidou-se como a principal bacia leiteira de Santa Catarina.
- A formação da cadeia leiteira do Oeste decorreu da concentração fundiária em grandes latifúndios de pecuária extensiva.
- A diversificação produtiva, com grãos, suínos, aves e leite, marca a agropecuária do Oeste catarinense.
- A cadeia leiteira regional articula produtores familiares, cooperativas e a indústria de laticínios.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CICLO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA***Gabriela Zavadinack*

81. Sobre os instrumentos de planejamento orçamentário previstos na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar:

- a) a lei orçamentária anual, por força de vedação constitucional expressa, não pode conter qualquer autorização para abertura de créditos suplementares, exigindo-se lei específica para cada crédito a ser aberto no exercício.
- b) o plano plurianual, uma vez aprovado, vincula apenas os exercícios financeiros abrangidos pelo mandato do Chefe do Executivo que o elaborou, extinguindo-se automaticamente com o término desse mandato, ainda que os programas nele previstos não tenham sido concluídos.
- c) a lei de diretrizes orçamentárias disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, devendo ser acompanhada de anexo de metas fiscais e de anexo de riscos fiscais, no qual serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
- d) compete à lei de diretrizes orçamentárias fixar o montante e a especificação das despesas do exercício financeiro subsequente, discriminadas por unidade orçamentária, categoria econômica e fonte de recursos.
- e) a compatibilização entre o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias é dispensável sempre que a legislação do respectivo ente federativo assim o autorizar, prevalecendo, nessa hipótese, o que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

82. Sobre os princípios orçamentários consagrados pela Constituição Federal e pela Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar:

- a) o princípio da universalidade exige que a lei orçamentária anual contemple todas as receitas e despesas, à exceção das relativas ao orçamento de investimento das empresas estatais, que permanecem fora da LOA por disposição constitucional expressa.
- b) o princípio da não afetação de receitas de impostos é absoluto, não comportando qualquer exceção, ainda que prevista em lei.
- c) o princípio do equilíbrio orçamentário, na formulação clássica, exige que as despesas fixadas sejam sempre inferiores às receitas previstas, sendo vedada, em qualquer hipótese, a existência de déficit orçamentário.
- d) o princípio da anualidade impede que a lei orçamentária anual autorize a abertura de créditos cuja vigência ultrapasse o exercício financeiro a que se refere, ainda que se trate de créditos especiais ou extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício.
- e) o princípio da exclusividade veda que a lei orçamentária anual contenha dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvando-se dessa vedação a autorização para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

83. Quanto à classificação da receita pública nos termos da Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar:

- a) a receita tributária classifica-se como receita de capital, uma vez que decorre do exercício do poder de tributar, atributo inerente à soberania estatal.
- b) receitas de capital são, entre outras, as provenientes da alienação de bens móveis e imóveis e de amortização de empréstimos, bem como as transferências de capital recebidas de outras pessoas de direito público ou privado.
- c) as receitas correntes compreendem exclusivamente as receitas tributárias e de contribuições, não se incluindo nessa categoria as receitas patrimoniais e agropecuárias, as quais são consideradas como ingressos extraorçamentários.
- d) constitui receita orçamentária, para todos os efeitos, o ingresso de valores a título de caução, fiança e depósitos, ainda que sujeitos a devolução posterior ao depositante.
- e) a classificação da receita pública em corrente e de capital é irrelevante para a apuração do resultado orçamentário, servindo apenas a propósitos estatísticos.

84. Determinado Estado, ao identificar um contribuinte de IPVA do exercício, expediu notificação de lançamento fixando o valor devido. Posteriormente, o contribuinte compareceu à rede bancária conveniada e efetuou o pagamento do tributo, sendo o valor, dias depois, transferido pelo banco arrecadador à conta única do Tesouro estadual. Considerando os estágios da receita pública, é correto afirmar que, nessa sequência de atos,

- a) a notificação de lançamento corresponde ao estágio da previsão, dispensando-se, para os tributos lançados de ofício, os estágios da arrecadação e do recolhimento.
- b) o pagamento efetuado pelo contribuinte junto à rede bancária conveniada já corresponde ao estágio do recolhimento, sendo a transferência posterior ao Tesouro formalidade contábil sem relevância orçamentária.

c) o estágio da previsão somente se completa com a efetiva transferência dos recursos à conta única do Tesouro, de modo que a arrecadação e o recolhimento são, na verdade, subespécies de um mesmo estágio.

d) a notificação de lançamento corresponde ao estágio do lançamento, o pagamento efetuado pelo contribuinte corresponde ao estágio da arrecadação, e a transferência dos valores à conta única do Tesouro corresponde ao estágio do recolhimento.

e) por se tratar de tributo sujeito a lançamento de ofício, o IPVA dispensa o estágio da previsão, etapa exclusiva das receitas não tributárias.

85. Quanto à classificação da despesa orçamentária, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, é correto afirmar:

a) a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, compõe-se, no mínimo, de categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, sendo esta última destinada a evitar a dupla contagem de recursos transferidos entre entes ou entre órgãos e entidades de um mesmo ente.

b) em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a realização de empenho.

c) as despesas correntes e as despesas de capital constituem grupos de natureza de despesa, subdivididos, por sua vez, nas categorias econômicas investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida.

d) a modalidade de aplicação tem por finalidade identificar o objeto do gasto, tal como vencimentos e vantagens fixas, material de consumo e diárias.

e) o grupo de natureza de despesa "pessoal e encargos sociais" classifica-se, para fins constitucionais, como despesa de capital, por representar compromisso de longo prazo do ente federativo.

86. Um órgão público, após regular procedimento licitatório, firmou contrato com determinada empresa para o fornecimento de equipamentos de informática, emitindo, na sequência, a respectiva nota de empenho. Entregues os equipamentos, o servidor responsável atestou o recebimento no verso da nota fiscal, e o setor financeiro, após verificar a regularidade da documentação, autorizou a efetivação do crédito em favor do fornecedor, mediante ordem bancária. Com base nessa situação hipotética e na Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que

- a) o atesto do recebimento dos equipamentos, por si só, já configura o pagamento da despesa, sendo a ordem bancária mero ato de natureza financeira, estranho aos estágios da despesa orçamentária.
- b) a liquidação da despesa antecede, na ordem legal, o empenho, uma vez que somente após verificado o direito do credor é que se pode emitir a respectiva nota de empenho.
- c) a emissão da nota de empenho, o atesto do recebimento dos equipamentos e a emissão da ordem bancária correspondem, respectivamente, aos estágios do empenho, da liquidação e do pagamento da despesa pública.
- d) por se tratar de despesa decorrente de licitação, o estágio da liquidação é dispensado, procedendo-se diretamente do empenho ao pagamento.
- e) a ordem bancária corresponde ao estágio da liquidação, ao passo que o atesto do recebimento dos equipamentos corresponde ao estágio do pagamento.

87. Em razão de forte estiagem que atingiu diversos municípios, o Governador de determinado Estado, por decreto, abriu crédito para atender despesas de socorro emergencial às populações atingidas, indicando, na motivação do ato, tratar-se de despesa imprevisível e urgente decorrente de calamidade pública, com submissão do decreto à Assembleia Legislativa em até trinta dias. Considerando a Lei nº 4.320/1964 e a disciplina constitucional dos créditos adicionais, é correto afirmar que o crédito aberto

- a) classifica-se como crédito especial, uma vez que se destina a despesa para a qual não havia dotação orçamentária específica, dependendo, por isso, de prévia autorização legislativa e de indicação da fonte de recursos, sob pena de nulidade do ato.
- b) classifica-se como crédito suplementar, por se destinar ao reforço de dotação orçamentária já existente para ações de defesa civil, dispensando-se, ainda assim, a indicação de recursos correspondentes.
- c) é inconstitucional, por não ter sido precedido de autorização legislativa específica, sendo irrelevante, para esse fim, a natureza urgente e imprevisível da despesa.
- d) somente poderia ter sido aberto mediante lei em sentido formal, aprovada pela Assembleia Legislativa antes da realização da despesa, não se admitindo, no âmbito estadual, a abertura de créditos extraordinários por decreto.
- e) classifica-se como crédito extraordinário, espécie que, por sua natureza urgente e imprevisível, prescinde de prévia autorização legislativa e de indicação de recursos correspondentes, podendo ser aberto por decreto do Poder Executivo, com submissão posterior ao Poder Legislativo.

88. Sobre as fontes de recursos e a vigência dos créditos adicionais, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) os créditos suplementares e especiais, uma vez abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, incorporam-se automaticamente ao orçamento do exercício seguinte, independentemente de qualquer ato de reabertura.
- b) constituem fontes de recursos para a abertura de créditos suplementares e especiais, entre outras o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e a anulação parcial de créditos adicionais.
- c) os créditos suplementares, por não dependerem de indicação de recursos, podem ser abertos ainda que inexistente disponibilidade financeira efetiva, cabendo ao Tesouro suprir eventual insuficiência de caixa.
- d) o excesso de arrecadação, para fins de abertura de créditos adicionais, corresponde unicamente à diferença positiva apurada ao final do exercício entre a receita realizada e a receita prevista na lei orçamentária, não podendo ser utilizado no curso do próprio exercício.
- e) os créditos extraordinários, à semelhança dos créditos suplementares e especiais, têm sua vigência automaticamente estendida ao exercício seguinte, sempre que abertos nos últimos quatro meses do exercício de abertura.

89. Ao final do exercício financeiro, a unidade gestora de determinado órgão público verificou que uma nota de empenho relativa à aquisição de material de expediente, cujo fornecimento já havia sido efetivamente realizado e atestado pelo servidor responsável, ainda não havia sido paga ao fornecedor. Já outra nota de empenho, referente a serviço de manutenção predial ainda em execução, também não havia sido paga, tampouco liquidada, até o encerramento do exercício. Considerando a disciplina dos restos a pagar prevista na Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que

- a) ambas as despesas deverão ser inscritas em restos a pagar processados, uma vez que já haviam sido objeto de empenho até o encerramento do exercício financeiro.
- b) a despesa com o material de expediente não pode ser inscrita em restos a pagar, por já ter sido integralmente executada pelo fornecedor, cabendo, nesse caso, apenas o pagamento direto à conta de despesas de exercícios anteriores.
- c) a inscrição em restos a pagar, em ambos os casos, é vedada quando o ente estiver nos últimos dois quadrimestres do mandato do Chefe do Poder Executivo, independentemente da existência de disponibilidade de caixa.
- d) a despesa com o material de expediente deverá ser inscrita em restos a pagar processados, por já ter sido liquidada, ao passo que a despesa com o serviço de manutenção predial, ainda não liquidado, deverá ser inscrita em restos a pagar não processados.
- e) somente a despesa com o serviço de manutenção predial pode ser inscrita em restos a pagar, uma vez que os restos a pagar destinam-se exclusivamente a despesas ainda não liquidadas ao final do exercício.

90. Um servidor público teve reconhecido judicialmente, em ação transitada em julgado no exercício de 20X3, o direito a uma vantagem pecuniária estabelecida em lei, relativa ao exercício de 20X1. Considerando as disposições da Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que esse débito

- a) poderá ser pago à conta de dotação específica consignada no orçamento do exercício de 20X3, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica de exigibilidade.
- b) não pode mais ser satisfeito pela Administração, por ter ocorrido a preclusão do direito ao pagamento em razão do decurso do exercício financeiro a que se referia a despesa original.
- c) deve necessariamente ser pago mediante abertura de crédito extraordinário, por se tratar de despesa imprevista, ainda que não urgente.
- d) somente pode ser pago mediante inscrição em restos a pagar não processados, retroagindo-se os efeitos financeiros ao exercício de 20X1.
- e) deve ser objeto de crédito suplementar aberto no exercício de 20X1, ainda que já encerrado, mediante reabertura excepcional do orçamento daquele exercício.

91. Verificando, no segundo quadrimestre do exercício, que a receita realizada não comportaria o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo de determinado ente promoveu, por decreto, a limitação de empenho e de movimentação financeira de diversas unidades orçamentárias, segundo os critérios fixados na própria LDO, preservando, contudo, a integralidade das dotações destinadas ao pagamento do serviço da dívida e das despesas constitucionalmente obrigatórias. Essa medida encontra amparo direto

- a) no art. 167, III, da Constituição Federal, que veda a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital.
- b) no art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, que trata da vedação à contração de restos a pagar no último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo.
- c) no art. 166, §9º, da Constituição Federal, que disciplina a execução obrigatória das emendas parlamentares individuais.
- d) no art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000, que condiciona a realização de transferências voluntárias à comprovação de regularidade fiscal do ente beneficiário.
- e) no art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, que determina a limitação de empenho e movimentação financeira quando verificado, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais.

92. Um parlamentar estadual apresentou emenda individual ao projeto de lei orçamentária, destinando recursos a determinada ação de saúde em seu município de origem. Aprovada a LOA com a respectiva programação, o Poder Executivo, ao longo do exercício, deixou de executar integralmente a emenda, alegando impedimento de ordem técnica devidamente justificado perante a Comissão de Orçamento do Poder Legislativo. Considerando a sistemática do orçamento impositivo, consolidada a partir da Emenda Constitucional nº 86/2015, é correto afirmar que

- a) a obrigatoriedade de execução de emendas parlamentares individuais é incompatível com qualquer hipótese de não execução, ainda que fundamentada em impedimento técnico, configurando, nesse caso, omissão inconstitucional do Poder Executivo.
- b) a execução das emendas parlamentares individuais é, em regra, obrigatória, admitindo-se, contudo, o não cumprimento da programação quando verificado impedimento de ordem técnica, hipótese que deve ser devidamente justificada, sem que isso configure, por si só, violação ao orçamento impositivo.
- c) a execução de emendas parlamentares, por constituir despesa de iniciativa do Poder Legislativo, dispensa a observância dos limites de despesa obrigatória de caráter continuado eventualmente aplicáveis.
- d) somente as emendas de bancada estadual, e não as individuais, gozam de execução obrigatória, por força da Emenda Constitucional nº 86/2015.
- e) o impedimento de ordem técnica somente pode ser alegado pelo Poder Executivo em relação a emendas de bancada, sendo as emendas individuais insuscetíveis dessa exceção.

93. Sobre as normas gerais de finanças públicas e orçamento previstas na Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) é permitido o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, desde que a respectiva despesa seja custeada com recursos de operação de crédito por antecipação de receita, independentemente de previsão no plano plurianual.
- b) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, podem ser realizados pelo Poder Executivo, mediante decreto, sem necessidade de prévia autorização legislativa.
- c) é permitida a vinculação de receita de impostos a fundo ou despesa específica sempre que o Poder Executivo entender conveniente para a execução de política pública prioritária.
- d) A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias decorrentes de despesas primárias discricionárias, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.
- e) a concessão de vantagem ou aumento de remuneração pode ser realizada por ato administrativo, dispensada a necessidade de dotação orçamentária suficiente, desde que prevista no anexo de metas fiscais da lei de diretrizes orçamentárias.

94. O governo de determinado Estado pretende conceder isenção de ICMS a um setor produtivo específico, por prazo determinado, como medida de incentivo econômico regional. Antes de encaminhar o projeto de lei ao Poder Legislativo, o órgão técnico da Secretaria de Fazenda elaborou estimativa do impacto orçamentário-financeiro da renúncia para o exercício de concessão e para os dois exercícios seguintes, demonstrou que a renúncia atendia ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias, bem como apontou que a medida havia sido considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, sem afetar as metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias. Com base no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), é correto afirmar que, nessas condições, a concessão do benefício

- a) somente poderia ser concedida por convênio celebrado no âmbito do CONFAZ, sendo irrelevante, para fins de LRF, qualquer estimativa de impacto orçamentário-financeiro.
- b) é vedada, independentemente da estimativa de impacto realizada, por se tratar de isenção setorial, modalidade de benefício tributário não contemplada entre as hipóteses de renúncia de receita da LRF.
- c) exige, cumulativamente com a demonstração de compatibilidade com a estimativa de receita e as metas fiscais, a apresentação de medida de compensação por aumento de receita, sob pena de nulidade do benefício.
- d) dispensa, por se tratar de isenção e não de outra modalidade de benefício, qualquer estimativa de impacto orçamentário-financeiro, exigência aplicável apenas aos casos de anistia e remissão.
- e) atende a uma das condições alternativas exigidas pela LRF para a concessão de benefício tributário do qual decorra renúncia de receita, sendo dispensável, nessa hipótese, a previsão de medidas de compensação por aumento de receita.

95. Richard Musgrave classificou as funções do governo na economia em alocativa, distributiva e estabilizadora. A respeito dessas funções e de sua relação com o orçamento público, é correto afirmar:

- a) a função distributiva busca corrigir falhas de mercado associadas à oferta de bens públicos, mediante a provisão direta desses bens pelo Estado.
- b) a função estabilizadora é exercida exclusivamente por meio de políticas monetárias, não guardando qualquer relação com o orçamento público ou com a política fiscal.
- c) a função alocativa relaciona-se à provisão de bens e serviços que o mercado, por si só, não forneceria de modo eficiente, em razão de falhas de mercado, como a existência de bens públicos e externalidades, cabendo ao orçamento viabilizar essa provisão.
- d) as funções alocativa, distributiva e estabilizadora correspondem, respectivamente, às fases do ciclo orçamentário de elaboração, execução e controle.
- e) a função distributiva é alcançada exclusivamente pela oferta de bens e serviços públicos essenciais, ao passo que a função alocativa se realiza por meio de transferências diretas de renda a famílias de baixa renda.

96. No que concerne à vigência dos créditos adicionais e à disciplina dos créditos extraordinários, é correto afirmar:

- a) a vigência dos créditos suplementares pode ser estendida ao exercício seguinte, nos mesmos moldes aplicáveis aos créditos especiais, quando autorizados nos últimos quatro meses do exercício financeiro de abertura.
- b) o crédito extraordinário aberto por medida provisória dispensa submissão ao Congresso Nacional, por se tratar de matéria de competência exclusiva do Poder Executivo.
- c) a abertura de crédito extraordinário exige, tal como a dos créditos suplementares e especiais, prévia autorização legislativa específica, distinguindo-se apenas quanto à indicação obrigatória dos recursos correspondentes.
- d) uma vez editada a medida provisória de abertura de crédito extraordinário, seus efeitos tornam-se definitivos, ainda que a medida provisória venha a perder eficácia por decurso de prazo sem conversão em lei.
- e) os créditos extraordinários, no âmbito federal, podem ser abertos por medida provisória quando destinados a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública, hipótese em que a relevância e a urgência da medida são consideradas patentes pelo próprio texto constitucional.

97. Sobre a dívida ativa da Fazenda Pública, é correto afirmar:

- a) somente os créditos de natureza tributária podem ser inscritos em dívida ativa, sendo os créditos não tributários cobrados exclusivamente por meio de ação de cobrança comum, sem os privilégios processuais da execução fiscal.
- b) a dívida ativa compreende os créditos de natureza tributária e não tributária da Fazenda Pública, regularmente inscritos na repartição administrativa competente depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, gozando a certidão

de dívida ativa de presunção relativa de certeza e liquidez.

- c) a inscrição em dívida ativa constitui o próprio crédito tributário, produzindo efeitos equivalentes ao lançamento, do qual, para todos os efeitos, prescinde.
- d) a presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita é absoluta, não admitindo prova em contrário por parte do devedor.
- e) a dívida ativa, uma vez inscrita, não pode ter seu valor atualizado monetariamente até a data do ajuizamento da execução fiscal, sob pena de violação ao princípio da legalidade.

98. A técnica do orçamento-programa, tal como incorporada à experiência orçamentária brasileira, caracteriza-se por

- a) prescindir de qualquer definição prévia de objetivos, uma vez que estes são construídos apenas na fase de execução orçamentária, à medida que os recursos são efetivamente desembolsados.
- b) desconsiderar a mensuração de resultados e produtos, concentrando-se exclusivamente na discriminação dos insumos necessários à realização das ações governamentais.
- c) ser incompatível com a existência de um plano plurianual, uma vez que este disciplina apenas os investimentos de longo prazo, e não os programas de duração continuada.
- d) vincular a alocação de recursos orçamentários ao planejamento governamental de médio prazo, estruturando a despesa por meio de programas, objetivos e metas, em contraposição ao orçamento tradicional, centrado na discriminação de unidades administrativas e elementos de despesa.
- e) equivaler, na prática, ao orçamento de desempenho, não havendo distinção relevante entre as duas técnicas quanto à profundidade da avaliação de resultados.

99. A revisão de gastos (spending review), tal como concebida pela experiência internacional e adotada, mais recentemente, pelo governo federal brasileiro por meio de estruturas como o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), caracteriza-se por

- a) constituir processo institucionalizado e sistemático de reavaliação de programas e gastos já existentes, abrangendo despesas discricionárias e obrigatórias, com o objetivo de identificar ineficiências e repriorizar recursos, distinguindo-se do simples contingenciamento linear de dotações.
- b) limitar-se, por definição, ao corte linear e uniforme de despesas discricionárias, sem qualquer exame do mérito, da eficiência ou da efetividade dos programas avaliados.
- c) ser incompatível com a manutenção de despesas obrigatórias de caráter continuado, que ficam necessariamente excluídas de qualquer processo de revisão.
- d) restringir-se exclusivamente à esfera federal brasileira, não havendo qualquer paralelo dessa prática em experiências de outros países membros da OCDE.
- e) fundir-se com o processo orçamentário anual de elaboração da proposta de lei orçamentária, não constituindo prática autônoma de avaliação de políticas públicas.

100. Sobre a classificação orçamentária por fonte ou destinação de recursos, disciplinada pela Portaria STN nº 710/2021, é correto afirmar:

- a) a classificação por fonte ou destinação de recursos aplica-se exclusivamente às receitas orçamentárias vinculadas por lei a finalidade específica, não guardando qualquer relação com os recursos classificados como ordinários ou não vinculados.
- b) a classificação por fonte ou destinação de recursos é de utilização facultativa pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, cabendo a cada ente adotar codificação própria, sem necessidade de padronização.

c) a fonte ou destinação de recursos constitui instrumento de gestão que agrupa receitas segundo as mesmas normas de aplicação, permitindo identificar a origem dos recursos e assegurar que receitas vinculadas sejam aplicadas exclusivamente às finalidades para as quais foram instituídas.

d) a classificação por fonte ou destinação de recursos corresponde, em essência, a uma especificação da classificação da receita quanto à sua categoria econômica, não constituindo classificação orçamentária autônoma.

e) a classificação por fonte ou destinação de recursos aplica-se exclusivamente à despesa orçamentária, no momento da execução, não guardando correspondência direta com a receita que financia a despesa correspondente.

GESTÃO DE RISCOS, GOVERNANÇA E AVALIAÇÃO POR RESULTADOS

Rodrigo Rennó

101. Na gestão de riscos, é importante distinguir conceitos como risco, incerteza, evento, causa e consequência.

É correto afirmar que:

- a) risco e incerteza são termos equivalentes, sem qualquer distinção conceitual.
- b) o risco possui natureza necessariamente negativa, não se admitindo risco de efeito positivo.
- c) o risco pode ser entendido como o efeito da incerteza sobre os objetivos, com efeitos negativos (ameaças) ou positivos (oportunidades).
- d) a causa e a consequência de um risco correspondem exatamente ao mesmo elemento.
- e) o evento de risco corresponde ao impacto financeiro já materializado e contabilizado.

102. O processo de gestão de riscos compreende etapas encadeadas e é orientado pelo apetite a risco da organização.

Assinale a alternativa correta.

- a) o tratamento dos riscos antecede a etapa de identificação.
- b) a avaliação de riscos tem por finalidade estabelecer o contexto interno e externo da organização.
- c) o apetite a risco corresponde ao nível de risco que a organização é tecnicamente incapaz de eliminar.
- d) o processo abrange o estabelecimento do contexto, a identificação, a análise, a avaliação e o tratamento dos riscos, além do monitoramento e da comunicação, sendo o apetite a risco o nível de risco que a organização se dispõe a aceitar.
- e) a tolerância a risco é nula na Administração Pública, que não pode assumir riscos.

103. O tratamento dos riscos consiste em selecionar e implementar respostas para modificá-los, apoiando-se em controles internos.

Assinale a alternativa correta.

- a) entre as respostas ao risco estão evitar, mitigar (reduzir), transferir (compartilhar) e aceitar (reter); os controles internos são as medidas implementadas para oferecer razoável segurança quanto ao alcance dos objetivos.
- b) transferir o risco significa ignorá-lo, sem adotar qualquer providência.
- c) o controle interno oferece segurança absoluta quanto ao alcance dos objetivos organizacionais.
- d) aceitar (reter) o risco é uma resposta vedada às organizações públicas.
- e) mitigar o risco significa elevar a sua probabilidade e o seu impacto.

104. Os riscos organizacionais podem ser classificados em categorias (estratégicos, operacionais, de conformidade, orçamentário-financeiros, de imagem/reputação, entre outros), e sua gestão distribui papéis conforme o modelo das três linhas.

Assinale a alternativa correta.

- a) a auditoria interna, na terceira linha, é responsável por executar diretamente os controles operacionais.
- b) a primeira linha compete à alta administração, a quem cabe operar os controles do dia a dia.
- c) a segunda linha presta avaliação independente e objetiva, com autonomia total em relação à gestão.
- d) o modelo das três linhas transfere integralmente a responsabilidade pelos riscos para a auditoria.
- e) a primeira linha é formada pelos gestores (donos dos riscos e controles); a segunda, pelas funções de gestão de riscos e conformidade; e a terceira, pela auditoria interna, que presta avaliação independente.

105. No campo da gestão fiscal, os riscos fiscais recebem tratamento específico no âmbito da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) e dos instrumentos de planejamento orçamentário.

Assinale a alternativa correta.

- a) os riscos fiscais não guardam relação com o planejamento orçamentário do ente.
- b) o Anexo de Riscos Fiscais, que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), avalia os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e informa as providências a serem adotadas caso se concretizem.
- c) o Anexo de Riscos Fiscais integra a Lei Orçamentária Anual (LOA), e não a LDO.
- d) passivos contingentes são despesas certas, líquidas e já empenhadas.
- e) a LRF veda a menção a riscos fiscais nos instrumentos de planejamento.

106. Os programas de integridade e de compliance na Administração Pública abrangem a gestão de riscos de fraude e corrupção.

Assinale a alternativa correta.

- a) integridade e compliance prescindem do comprometimento da alta administração.
- b) o programa de integridade resume-se à edição de um código de ética, sem outras medidas.
- c) a avaliação de riscos de fraude e corrupção é vedada no setor público.
- d) a gestão de riscos de fraude e corrupção integra os programas de integridade, envolvendo a identificação de vulnerabilidades, a definição de controles preventivos e detectivos, canais de denúncia e responsabilização.
- e) os canais de denúncia exigem a identificação do denunciante, sendo vedada a proteção contra retaliações.

107. Governança, governabilidade e gestão são conceitos correlatos, porém distintos, no estudo da Administração Pública.

Assinale a alternativa correta.

- a) governança e gestão designam a mesma função dentro da organização.
- b) governabilidade refere-se à execução direta das políticas públicas.
- c) gestão é o ato de avaliar, direcionar e monitorar a organização.
- d) a governança pública restringe-se ao controle externo exercido pelos tribunais de contas.
- e) a governabilidade relaciona-se às condições de legitimidade e sustentação política para governar; a governança, à capacidade de dirigir, monitorar e avaliar a organização; e a gestão, à execução das ações e ao uso dos recursos.

108. A governança pública apoia-se em mecanismos de liderança, estratégia e controle. A liderança reúne práticas de natureza humana e comportamental que asseguram as condições para a boa governança.

Sobre a liderança como mecanismo de governança, assinale a alternativa correta.

- a) a liderança abrange atributos como integridade, competência, responsabilidade e motivação dos dirigentes, não se resumindo à autoridade formal do cargo.
- b) a liderança limita-se à autoridade hierárquica decorrente do cargo ocupado.
- c) a liderança é um mecanismo alheio à governança pública.
- d) a liderança confunde-se com a execução das rotinas operacionais da organização.
- e) o estilo de liderança autocrático caracteriza-se pela decisão compartilhada com a equipe.

109. A estratégia, como mecanismo de governança, relaciona-se à definição do direcionamento institucional e ao alinhamento das ações aos objetivos de longo prazo.

Assinale a alternativa correta.

- a) a estratégia, como mecanismo de governança, restringe-se à elaboração do orçamento anual.
- b) o planejamento estratégico torna-se desnecessário quando há bom desempenho operacional.
- c) a estratégia envolve a definição da missão, da visão e dos objetivos de longo prazo, com desdobramento em planos e monitoramento do alcance dos resultados.
- d) a estratégia independe da análise do ambiente interno e externo da organização.
- e) a formulação da estratégia é atribuição exclusiva do nível operacional.

110. O controle, como mecanismo de governança, relaciona-se à gestão de riscos, aos controles internos, à accountability e ao controle social.

Assinale a alternativa correta.

- a) o controle interno é aquele exercido por órgão estranho à estrutura controlada, a exemplo dos tribunais de contas.
- b) a accountability envolve a prestação de contas (answerability) e a responsabilização (enforcement), e o controle social é exercido pela sociedade por meio de conselhos, ouvidorias e audiências públicas.
- c) o controle social confunde-se com o controle interno realizado pelas unidades de auditoria.
- d) a transparência ativa depende de requerimento formal do cidadão.
- e) a accountability resume-se à prestação de contas, sem abranger a responsabilização.

111. A gestão por resultados no setor público orienta a atuação para a geração de valor à sociedade, apoiando-se na chamada cadeia de valor.

Assinale a alternativa correta.

- a) a gestão por resultados concentra-se nos insumos e nos procedimentos, e não nos resultados entregues.
- b) na cadeia de valor, os impactos antecedem os insumos.
- c) produtos e impactos são termos sinônimos na cadeia de valor.
- d) na cadeia de valor, os insumos (recursos) geram produtos (bens e serviços entregues), que produzem resultados (efeitos imediatos) e, ao final, impactos (transformações de médio e longo prazo).
- e) a gestão por resultados prescinde de indicadores de desempenho.

112. Os conceitos de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade são centrais na mensuração do desempenho da ação pública.

Assinale a alternativa correta.

- a) a eficiência relaciona recursos e produtos (fazer bem, ao menor custo); a eficácia refere-se ao alcance das metas; a efetividade, aos impactos e transformações reais; e a economicidade, à obtenção dos insumos ao menor custo, preservada a qualidade.
- b) a eficácia mede a relação entre insumos e produtos empregados.
- c) a efetividade limita-se ao cumprimento das metas, sem considerar os impactos gerados.
- d) economicidade e eficácia são conceitos sinônimos.
- e) a eficiência refere-se aos impactos de longo prazo da ação pública.

113. Além de eficiência, eficácia e efetividade, a avaliação do desempenho da ação governamental utiliza dimensões como economicidade e execução.

Assinale a alternativa correta.

- a) a execução mede os impactos sociais de longo prazo da política.
- b) a economicidade refere-se ao grau de satisfação do cidadão-usuário.
- c) execução e efetividade correspondem à mesma dimensão de desempenho.
- d) a economicidade desconsidera a relação entre os custos e os recursos empregados.
- e) a economicidade relaciona-se à obtenção dos insumos ao menor custo (preservada a qualidade), e a execução refere-se à realização do que foi planejado (por exemplo, a proporção de metas ou etapas cumpridas).

114. Os indicadores de desempenho permitem medir e acompanhar os resultados da atuação pública, devendo atender a determinados atributos de qualidade.

Assinale a alternativa correta.

- a) um bom indicador deve ser subjetivo e de difícil verificação.
- b) entre os atributos desejáveis de um indicador estão a validade (medir o que se pretende), a confiabilidade, a seletividade, a simplicidade/compreensibilidade e a economicidade na obtenção dos dados.
- c) os indicadores de eficácia medem a relação entre os custos e os produtos.
- d) os indicadores não se relacionam com metas nem com a cadeia de valor.
- e) a quantidade de indicadores deve ser a maior possível, independentemente da seletividade.

115. O desenho (formulação) de uma política pública envolve a definição do problema público, dos objetivos, dos instrumentos de ação e do público-alvo.

Assinale a alternativa correta.

- a) o desenho da política ocorre após a avaliação de impacto da política.
- b) a definição do problema público não influencia o desenho da política.
- c) o desenho da política articula o diagnóstico do problema, os objetivos pretendidos, os instrumentos de ação e o público-alvo, podendo apoiar-se na teoria do programa (lógica de causa e efeito entre ações e resultados).
- d) os instrumentos de política pública resumem-se à edição de leis.
- e) o público-alvo é definido após a avaliação final da política.

116. O monitoramento e a avaliação são funções complementares, porém distintas, no ciclo das políticas públicas.

Assinale a alternativa correta.

- a) o monitoramento é o acompanhamento contínuo e rotineiro da execução (recursos, atividades e produtos), enquanto a avaliação é a análise aprofundada e periódica dos resultados e impactos, com emissão de juízo de valor.
- b) monitoramento e avaliação são termos sinônimos.
- c) o monitoramento é realizado uma única vez, ao final da política.
- d) a avaliação não utiliza indicadores nem critérios previamente definidos.
- e) o monitoramento emite juízo de valor sobre o mérito da política, substituindo a avaliação.

117. As avaliações de políticas públicas podem ser classificadas conforme o momento em que são realizadas e conforme o objeto avaliado.

Assinale a alternativa correta.

- a) a avaliação ex ante ocorre após a conclusão da política, medindo seus impactos.
- b) a avaliação ex post ocorre antes da implementação, para subsidiar a decisão.
- c) a avaliação de impacto restringe-se à execução orçamentária da política.
- d) quanto ao momento, a avaliação pode ser ex ante (antes, para subsidiar a decisão) ou ex post (durante/após a implementação); quanto ao objeto, pode ser de desenho, de processo/implementação, de resultados e de impacto.
- e) a avaliação de processo mensura os impactos sociais de longo prazo da política.

118. A gestão de processos (Business Process Management – BPM) busca compreender, mapear e aprimorar continuamente os processos organizacionais.

Assinale a alternativa correta.

- a) processo é um conjunto de atividades sem relação com entradas e saídas.
- b) processo é um conjunto de atividades inter-relacionadas que transforma insumos (entradas) em produtos/serviços (saídas) destinados a um cliente; o BPM abrange o mapeamento, a modelagem, a análise, a melhoria e o monitoramento contínuo dos processos.
- c) a gestão por processos coincide integralmente com a estrutura funcional hierárquica da organização.
- d) o ciclo PDCA não se aplica à melhoria de processos.
- e) o mapeamento de processos é vedado no âmbito da Administração Pública.

119. Um projeto distingue-se de um processo por ser um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único.

Assinale a alternativa correta.

- a) projeto e processo são sinônimos, ambos de caráter contínuo e repetitivo.
- b) o projeto caracteriza-se pela repetição contínua das mesmas atividades ao longo do tempo.
- c) o projeto é um esforço temporário (com início e fim definidos) que gera um resultado único, organizando-se em um ciclo de vida (iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle, e encerramento).
- d) projetos não possuem restrições de prazo, custo e escopo.
- e) o monitoramento e o controle não integram o ciclo de vida do projeto.

120. O monitoramento de processos e de projetos apoia-se em indicadores para acompanhar o desempenho e subsidiar decisões gerenciais.

Assinale a alternativa correta.

- a) o monitoramento de projetos limita-se ao controle do orçamento, sem acompanhar prazo e escopo.
- b) indicadores de processo não permitem identificar gargalos ou desperdícios.
- c) o monitoramento é atividade pontual, realizada tão só no encerramento.
- d) o controle de um projeto desconsidera a comparação entre o planejado e o realizado.
- e) o monitoramento acompanha continuamente o desempenho de processos e projetos por meio de indicadores (prazo, custo, escopo, qualidade, produtividade), comparando o planejado com o realizado para orientar ações corretivas.

CUSTOS NO SETOR PÚBLICO

Júlio Cardozo

121. Ao preparar relatórios de custos para gestores da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina e para outros interessados, uma equipe deve observar as disposições da NBC TSP 34 sobre os usuários dessas informações. Assinale a alternativa correta.

- a) Os órgãos de controle são os principais usuários da informação de custos e, em regra, demandam relatórios específicos e customizados.
- b) Os gestores são os principais usuários da informação de custos e, em regra, demandam informações customizadas, no formato de relatórios de custos específicos.
- c) Os cidadãos e os membros do Poder Legislativo não são usuários da informação de custos.
- d) Os gestores demandam, em regra, somente informações gerais, agregadas, consolidadas e padronizadas.
- e) A informação de custos destina-se exclusivamente aos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis.

122. Na apuração dos custos de uma unidade da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, devem ser observados os critérios da NBC TSP 34. Tendo como base essa norma, analise as assertivas a seguir.

- I. A identificação e a segregação entre custos e perdas são necessárias, pois as perdas não são atribuídas aos objetos de custos.
- II. O custo do período é determinado pelo momento da liquidação da despesa orçamentária, ainda que o consumo do recurso ocorra em período diferente.
- III. A depreciação é exemplo de situação em que o fato gerador pode ocorrer em momento distinto da liquidação.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

123. De acordo com a NBC TSP 34, assinale a alternativa correta.

- a) Em estágios iniciais de maturidade do modelo de gerenciamento de custos, recomenda-se o custeio por absorção integral.
- b) O custeio baseado em atividades (ABC) é obrigatório para entidades com maior grau de maturidade do modelo de gerenciamento de custos.
- c) Uma vez escolhido, o método de custeio não pode ser alterado, ainda que os efeitos da mudança sejam documentados.
- d) A entidade pode continuar utilizando o custeio direto ao avançar na maturidade de seu modelo, quando for irrelevante atribuir os custos indiretos.
- e) O ABC é uma técnica destinada exclusivamente à apropriação de custos diretos aos objetos de custos finais.

124. Ao definir como atribuir custos aos seus objetos de custos, a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina deve observar a ordem hierárquica de prioridade prevista na NBC TSP 34, sempre que possível e economicamente viável. Essa ordem é:

- a) Apropriação dos custos diretos; alocação de custos indiretos mediante direcionadores; alocação dos custos indiretos remanescentes em bases de rateio razoáveis e consistentes.
- b) Rateio de todos os custos; apropriação dos custos diretos; identificação dos direcionadores de custos.
- c) Alocação dos custos indiretos mediante direcionadores; apropriação dos custos diretos; rateio dos custos indiretos remanescentes.
- d) Apropriação dos custos diretos; rateio dos custos indiretos remanescentes; alocação dos custos indiretos mediante direcionadores.
- e) Apropriação dos custos diretos; alocação arbitrária dos custos indiretos; rateio das perdas entre os objetos de custos finais.

125. Com base na NBC TSP 34, analise as afirmações sobre a divulgação de relatórios de custos.

- I. É recomendável que a entidade divulgue relatório de custos em base regular, com periodicidade mínima anual.
- II. Os relatórios de custos específicos devem ser divulgados obrigatoriamente, na periodicidade estabelecida pelos gestores.
- III. Somente os relatórios de custos específicos devem ser acompanhados por notas explicativas sobre o modelo de gerenciamento de custos adotado.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) I e II, somente.
- d) I e III, somente.
- e) I, II e III.

126. De acordo com a NBC TSP 34, assinale a alternativa correta.

- a) Materialidade, tempestividade e custo-benefício são restrições às características qualitativas da informação de custos.
- b) Relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade são características qualitativas da informação de custos.
- c) A comparabilidade é uma restrição aplicável apenas aos relatórios destinados aos órgãos de controle.
- d) A informação de custos deve alcançar exatidão e refinamento máximos, independentemente do custo de sua produção.
- e) A relevância da informação dispensa a avaliação de sua materialidade e da relação entre custo e benefício.

127. Uma unidade da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina apurou, em determinado período, os seguintes valores relacionados a um serviço de atendimento ao público:

- Custos diretos atribuíveis ao serviço: R\$ 240.000;
- Custos indiretos compartilhados com outros serviços: R\$ 90.000;
- Parcela dos custos indiretos atribuível ao serviço, conforme direcionador de custos adotado: 40%;
- Perda decorrente de evento anormal e imprevisível: R\$ 12.000.

No período, foram realizados 4.000 atendimentos. Considerando os dados apresentados e a NBC TSP 34, o custo por atendimento foi de

- a) R\$ 60,00.
- b) R\$ 69,00.
- c) R\$ 72,00.
- d) R\$ 82,50.
- e) R\$ 85,50.

128. Ao estruturar centros de responsabilidade na Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, a administração deve observar a NBC TSP 34. Considere as afirmações.

- I. Cabe à alta administração da entidade definir e estruturar seus centros de responsabilidade.
- II. Para definir e estabelecer os centros de responsabilidade, a entidade deve considerar como fator predominante a quantidade de bens e serviços entregues à sociedade.
- III. Uma entidade que produz um único tipo de bem ou serviço pode ter somente um centro de responsabilidade.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) I e II, somente.
- d) I e III, somente.
- e) I, II e III.

129. Na análise comparativa dos custos entre unidades vinculadas de um órgão público catarinense, aplica-se um modelo de gerenciamento de custos padronizado. De acordo com a NBC TSP 34, assinale a alternativa correta.

- a) Quando a comparação incidir sobre objetos de custo intermediários, é obrigatório adotar o custeio por absorção integral.
- b) Quando a comparação incidir sobre o objeto de custo final, recomenda-se adotar exclusivamente o custeio direto.
- c) A padronização do modelo dispensa a consideração das condições geográficas e das restrições operacionais de cada unidade.
- d) A comparação entre unidades exige que cada uma utilize critérios próprios de mensuração, sem necessidade de consistência entre eles.
- e) Quando a comparação incidir sobre a mensuração do objeto de custo final, recomenda-se o custeio por absorção integral, para não subestimar os insumos consumidos ou utilizados.

130. Considere que uma unidade da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina utilize um prédio cedido por outra entidade em suas atividades. Conforme a NBC TSP 34, assinale a alternativa correta.

- a) O consumo do recurso deve ser atribuído aos objetos de custos, ainda que a entidade beneficiada não seja responsável pelo desembolso.
- b) O recurso somente pode compor os custos da unidade após o pagamento de aluguel à entidade cedente.
- c) A ausência de desembolso impede a atribuição do consumo do recurso aos objetos de custos.
- d) O recurso deve ser tratado necessariamente como perda, pois não decorre de despesa orçamentária da entidade beneficiada.
- e) A atribuição do consumo do recurso depende de a entidade beneficiada assumir integralmente o desembolso.

131. Uma unidade da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina recebeu servidores cedidos por outra entidade para prestar determinado serviço. No mês, foram apurados os seguintes valores atribuíveis ao serviço:

- Custos diretos desembolsados pela unidade: R\$ 160.000;
- Custo mensurado do trabalho dos servidores cedidos, sem desembolso pela unidade: R\$ 20.000;
- Custos indiretos compartilhados: R\$ 60.000;
- Parcela dos custos indiretos atribuída ao serviço por direcionador de custos: 50%.

Foram realizados 3.500 atendimentos. Conforme a NBC TSP 34, o custo por atendimento é de

- a) R\$ 45,71.
- b) R\$ 51,43.
- c) R\$ 60,00.
- d) R\$ 68,57.
- e) R\$ 74,29.

132. Na geração de informações de custos de um órgão público de Santa Catarina, a NBC TSP 34 distingue a responsabilidade pela geração dessas informações daquela relativa aos dados extraídos dos sistemas de origem. Essas responsabilidades cabem, respectivamente,

- a) à alta administração e exclusivamente ao profissional da contabilidade.
- b) ao profissional da contabilidade e aos gestores das transações registradas nos sistemas integrados ao sistema de informação de custos.
- c) aos gestores dos centros de responsabilidade e aos órgãos de controle.
- d) ao responsável pelo orçamento e ao profissional da contabilidade.
- e) à equipe de tecnologia da informação e à alta administração, exclusivamente.

133. Para apurar o custo de um serviço prestado em determinado mês, uma unidade pública catarinense levantou os seguintes dados, todos relativos a esse serviço:

- Trabalho utilizado no mês: R\$ 180.000;
- Materiais retirados do estoque e consumidos no mês: R\$ 45.000;
- Depreciação dos equipamentos utilizados no mês: R\$ 15.000;
- Apropriação mensal do 13º salário: R\$ 12.000;
- Materiais comprados e pagos no mês, mas ainda mantidos em estoque: R\$ 30.000;
- Perda decorrente de evento anormal e imprevisível: R\$ 8.000.

Foram prestados 6.000 atendimentos no mês. Conforme a NBC TSP 34, o custo unitário desses atendimentos foi de

- a) R\$ 40,00.
- b) R\$ 42,00.
- c) R\$ 43,33.
- d) R\$ 47,00.
- e) R\$ 48,33.

134. Com base na NBC TSP 34, analise as afirmações.

- I. Cada entidade deve identificar, acumular e relatar os custos de seus objetos em uma base regular, por meio de sistema de custos.
- II. Os custos podem ser determinados usando diferentes métodos de custeio e bases de mensuração, de acordo com o uso pretendido da informação.
- III. Os resultados e a forma como foram obtidos, incluindo as principais atividades, processos e procedimentos adotados na identificação, acumulação e evidência dos custos, devem ser mapeados e documentados.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) II e III, somente.
- d) I e III, somente.
- e) I, II e III.

135. Um órgão público de Santa Catarina apura o custo de um serviço prestado em determinada unidade. No período, foram identificados:

- Custos diretos do serviço: R\$ 180.000;
- Custos indiretos compartilhados: R\$ 120.000;
- Área ocupada pela unidade que presta o serviço: 400 m²;
- Área total considerada para o rateio: 1.600 m².

Admitindo que a área ocupada seja uma base de rateio razoável e consistente, e que tenham sido prestados 3.000 atendimentos, o custo por atendimento é de

- a) R\$ 60,00.
- b) R\$ 70,00.
- c) R\$ 75,00.
- d) R\$ 100,00.
- e) R\$ 120,00.

136. Ao desenvolver um modelo de gerenciamento de custos, um órgão público de Santa Catarina percorre as etapas recomendadas pela NBC TSP 34. Na etapa de implantação, o objetivo indicado pela norma é

- a) mensurar e evidenciar os custos, bem como verificar a conformidade das informações geradas.
- b) escolher o sistema de acumulação, o método de custeio e as bases de mensuração.
- c) explicitar a principal finalidade do modelo e seus propósitos de uso.
- d) analisar as informações geradas para avaliar o consumo dos recursos.
- e) definir os centros de responsabilidade e os objetos de custos.

137. De acordo com os exemplos apresentados na NBC TSP 34, constitui objeto de custo intermediário

- a) o serviço de saúde entregue à sociedade para satisfazer uma necessidade da população.
- b) o serviço de segurança pública entregue à sociedade.
- c) o serviço de saneamento entregue à sociedade.
- d) o serviço de educação entregue à sociedade.
- e) um programa elencado no plano de governo que evidencia o custo da atuação governamental.

138. Acerca da integração das bases de dados ao sistema de informação de custos, assinale a alternativa correta segundo a NBC TSP 34.

- a) O uso de base de dados não contábil é vedado, mesmo quando seja possível conciliar seus dados.
- b) A entidade pode utilizar procedimentos manuais para alimentar o sistema de informação de custos, inclusive planilhas eletrônicas em uma base simplificada, desde que garanta a conformidade e a rastreabilidade dos dados.
- c) As bases de dados devem conter exclusivamente informações monetárias, pois as informações físicas não auxiliam a avaliação de desempenho.
- d) A integração das bases de dados dispensa sua avaliação contínua pela entidade.
- e) A utilização de procedimentos manuais elimina a necessidade de rastrear os dados até sua origem.

139. Um órgão público catarinense argumenta que seu pequeno porte e sua base simplificada de dados afastariam a necessidade de iniciar um modelo de gerenciamento de custos. De acordo com a NBC TSP 34, essa conclusão está

- a) correta, pois somente entidades com bases de dados complexas devem desenvolver sistemas de custos.
- b) correta, desde que o órgão apresente relatórios de despesas orçamentárias.
- c) incorreta, pois o porte da entidade ou uma base simplificada não justificam a ausência de iniciativas para desenvolver o modelo e o sistema de informação de custos.
- d) incorreta apenas se o órgão já possuir sistema informatizado de custos em funcionamento.
- e) correta, pois modelos concebidos com base simplificada não podem evoluir posteriormente.

140. Quanto à gestão de custos no setor público, assinale a alternativa correta conforme a NBC TSP 34.

- a) O apoio da alta administração se encerra quando o modelo de gerenciamento de custos é implantado.
- b) A qualidade dos dados utilizados no sistema de custos é responsabilidade exclusiva do profissional da contabilidade.
- c) Os gestores devem produzir informações de custos, mas seu uso nos processos decisórios é facultativo para a alta administração.
- d) A alta administração é responsável por apoiar efetivamente a geração da informação de custos e por responsabilizar os gestores pela qualidade dos dados e pelo uso das informações nos processos decisórios.
- e) A informação de custos deve ser usada somente para a prestação de contas, sem aplicação no planejamento e na avaliação de desempenho.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Douglas Schneider

141. Em uma unidade de arrecadação, analistas decompuseram rotinas em movimentos, cronometraram etapas, eliminaram gestos desnecessários e definiram o método-padrão de execução.

Segundo Taylor, esse conjunto de medidas integra a

- a) supervisão funcional especializada
- b) administração por objetivos
- c) organização racional do trabalho
- d) departamentalização funcional
- e) organização do tipo linha-staff

142. Em um órgão da administração estadual, cada servidor recebe ordens de um único chefe imediato e, ao mesmo tempo, todas as unidades que perseguem um mesmo objetivo respondem a um só plano e a um só dirigente.

Segundo os princípios gerais de administração de Fayol, a segunda situação descrita corresponde ao princípio da

- a) unidade de direção
- b) unidade de comando
- c) cadeia escalar
- d) centralização
- e) divisão do trabalho

143. Em uma unidade, trabalhadores com desempenho individual superior reduziram voluntariamente seu ritmo para se ajustar ao padrão aceito pelo grupo, embora tivessem capacidade física para produzir mais.

À luz das conclusões da experiência de Hawthorne, o comportamento evidencia o conceito de

- a) homem econômico, movido por recompensas salariais
- b) racionalidade limitada, própria do decisor humano
- c) especialização horizontal, própria do desenho de cargos
- d) organização racional do trabalho, típica de Taylor
- e) integração social, própria do comportamento de grupo

144. Em uma autarquia, servidores passaram a avaliar seu desempenho pelo cumprimento minucioso dos regulamentos, ainda que o serviço deixasse de alcançar o resultado pretendido.

Segundo Merton, essa disfunção da burocracia é a

- a) despersonalização do relacionamento entre as pessoas
- b) internalização das regras e apego aos regulamentos
- c) categorização como base do processo decisório
- d) exibição de sinais de autoridade e de *status*
- e) dificuldade no atendimento a clientes e usuários

145. Uma organização incorpora recursos financeiros, novos profissionais e informações do ambiente para repor as perdas do funcionamento e ainda formar reservas que sustentem sua expansão.

Na teoria de sistemas abertos de Katz e Kahn, esse processo é denominado

- a) homeostase dinâmica
- b) sinergia sistêmica
- c) equifinalidade
- d) entropia negativa
- e) diferenciação interna

146. Uma autarquia passou a negociar metas entre chefias e servidores, atribuiu responsabilidades conforme os resultados esperados e adotou avaliações periódicas conjuntas.

Segundo Drucker, esse modelo desloca a ênfase

- a) dos meios e das atividades para os resultados
- b) dos resultados para os processos de trabalho
- c) das pessoas para as tarefas operacionais
- d) da estrutura organizacional para a tecnologia
- e) do ambiente externo para o clima organizacional

147. Em uma secretaria, a direção define as políticas após colher sugestões das áreas, e os chefes decidem questões locais dentro dessas diretrizes. Antes da execução, porém, submetem as decisões à cúpula.

Na tipologia de Likert, o sistema administrativo descrito é o

- a) autoritário-coercitivo, pela concentração das decisões na cúpula
- b) autoritário-benevolente, pela delegação de decisões rotineiras
- c) participativo, pela autonomia decisória dos diversos níveis
- d) consultivo, pela participação dos níveis sujeita à aprovação superior
- e) autoritário-benevolente, pela consulta dos níveis inferiores na formulação de políticas

148. Uma autarquia opera em ambiente instável, marcado por mudanças frequentes de exigências legais e tecnológicas.

Segundo a tipologia de Burns e Stalker, essa organização tende a apresentar

- a) alta especialização dos cargos e decisões concentradas no topo
- b) tarefas estáveis e comunicações subordinadas à hierarquia
- c) redefinição contínua de tarefas e comunicações laterais
- d) responsabilidades precisas e controle apoiado em regras formais
- e) coordenação vertical e autoridade associada à posição ocupada

149. Uma organização padronizou roteiros detalhados, fragmentou o trabalho em tarefas estreitas e treinou os empregados para agir de maneira predeterminada, buscando funcionamento rotineiro e previsível.

Segundo Morgan, essa concepção corresponde à imagem da organização como

- a) organismo
- b) máquina
- c) cérebro
- d) cultura
- e) sistema político

150. Em uma autarquia, a diretora identificou como uma alteração regulatória afetaria simultaneamente orçamento, pessoas e rotinas de atendimento, antecipou efeitos entre as unidades e reformulou o desenho do órgão.

Segundo Katz, a habilidade predominante nessa atuação é a

- a) técnica, por aplicar métodos e procedimentos especializados
- b) humana, por coordenar relações e promover cooperação
- c) técnica, por integrar os efeitos entre as unidades
- d) humana, por compreender a organização em sua totalidade
- e) conceitual, por perceber relações entre as partes e o todo

151. Uma secretaria preservou a cadeia de comando nas áreas finalísticas e criou unidades especializadas que prestam assessoria a essas áreas, sem dirigir seus servidores.

Segundo Chiavenato, esse arranjo denomina-se

- a) organização linear
- b) organização funcional
- c) organização matricial por projetos
- d) organização linha-staff
- e) organização divisional

152. Uma secretaria manteve suas diretorias especializadas por função e criou equipes temporárias de programa, de modo que cada servidor responde ao diretor de sua área e ao gerente do programa.

Esse arranjo corresponde à estrutura

- a) linear
- b) matricial
- c) divisional
- d) funcional
- e) em rede

153. Um administrador encerrou a busca de alternativas quando encontrou uma solução que atendia aos requisitos mínimos, pois dispunha de informação incompleta, pouco tempo e capacidade limitada de processamento.

Segundo Simon, esse comportamento decorre da

- a) racionalidade limitada
- b) imperfeição das decisões
- c) relatividade das decisões
- d) hierarquização das decisões
- e) racionalidade administrativa

154. Uma unidade administrativa concluiu, no prazo previsto, todas as ações programadas para o exercício, mas consumiu recursos muito acima do orçado e desperdiçou parte dos insumos adquiridos.

Quanto aos conceitos de eficiência e eficácia, a unidade foi

- a) eficiente e eficaz, pois o prazo e a entrega tornam irrelevante o gasto excessivo
- b) eficiente, mas não eficaz, pois prazo mede eficiência e despesa mede eficácia
- c) ineficiente, sem dados para avaliar a eficácia, pois o gasto informa o uso de recursos, mas não o alcance dos objetivos

d) ineficiente e ineficaz, pois o excesso de gasto impede reconhecer o resultado

e) eficaz, mas não eficiente, pois alcançou os objetivos com desperdício de recursos

155. Em uma reorganização, um órgão ampliou o número de servidores diretamente subordinados a cada chefia e, em consequência, reduziu a quantidade de níveis hierárquicos entre a direção e a execução.

Essa decisão significa que o órgão passou a operar com amplitude de controle

- a) menor, gerando estrutura alongada e verticalizada
- b) menor, gerando estrutura achatada e horizontalizada
- c) maior, gerando estrutura achatada e horizontalizada
- d) maior, gerando estrutura alongada e verticalizada
- e) inalterada, pois a amplitude não se relaciona com os níveis hierárquicos

156. Uma autarquia depende de empresas que fornecem insumos, atende usuários com demandas específicas e ajusta procedimentos após determinações de uma entidade reguladora.

Segundo Chiavenato (2014), esses agentes integram o ambiente

- a) geral, por reunir forças comuns às organizações
- b) de tarefa, por reunir agentes das entradas e saídas
- c) interno, por reunir recursos sob controle organizacional
- d) geral, por abranger forças econômicas e tecnológicas
- e) de tarefa, por reunir forças políticas, sociais e demográficas

157. Em uma secretaria, servidores de diretorias e níveis distintos formaram, sem designação oficial, uma rede que difunde práticas, estabelece prestígio entre pares e regula o ritmo aceito pelo grupo.

Segundo Chiavenato, essa rede caracteriza-se por

- a) derivar da distribuição planejada de cargos e responsabilidades
- b) basear o prestígio dos participantes na autoridade do cargo
- c) seguir os canais de comunicação previstos no organograma
- d) coincidir com os grupos definidos pela divisão do trabalho
- e) surgir de interações espontâneas e influenciar o comportamento

158. Uma organização transferiu decisões operacionais para gerentes regionais e reservou à cúpula as matérias estratégicas.

Segundo Chiavenato (2014), uma vantagem esperada dessa descentralização é

- a) a maior uniformidade dos critérios de decisão em toda a organização
- b) a redução do custo de treinamento e de preparação dos gerentes
- c) o melhor aproveitamento dos especialistas alocados na cúpula da organização
- d) a maior rapidez das decisões, tomadas por quem está mais próximo dos fatos
- e) a menor necessidade de coordenação entre as unidades

159. Uma administração tributária estadual reorganizou suas unidades de atendimento e fiscalização em três blocos: grandes contribuintes, contribuintes de médio e pequeno porte e pessoas físicas, cada um com equipe e rotinas próprias.

O critério de departamentalização adotado é o

- a) funcional
- b) por processos de trabalho
- c) por clientela
- d) geográfico
- e) por projeto

160. Uma análise reuniu estrutura formal e relações informais, recompensas materiais e sociais, vários níveis organizacionais e vínculos com o ambiente.

Segundo Chiavenato (2014), esse exame, próprio da Teoria Estruturalista, corresponde à

- a) abordagem múltipla da análise organizacional
- b) análise intraorganizacional dos fenômenos internos
- c) análise interorganizacional das relações externas
- d) tipologia comparativa das organizações
- e) modelo natural da organização como sistema aberto

ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA

Stefan Fantini

161. No âmbito dos níveis de planejamento organizacional, aquele elaborado pela alta administração, com abrangência sobre toda a organização e orientação para o longo prazo, é denominado

- a) planejamento operacional
- b) planejamento tático
- c) planejamento estratégico
- d) planejamento intermediário
- e) planejamento gerencial

162. Na perspectiva de Mintzberg sobre a formação das estratégias, quando determinada estratégia não foi inicialmente planejada pela organização, mas acaba sendo colocada em prática ao longo do tempo, ela é classificada como

- a) Deliberada
- b) Pretendida
- c) Não realizada
- d) Emergente
- e) Manipulada

163. Os fragmentos a seguir foram extraídos do site da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina (SEFAZ-SC).

“Promover políticas tributárias justas, arrecadar e controlar a aplicação dos recursos públicos, visando o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.”

“Ser reconhecida nacionalmente pela excelência na gestão pública e fazendária.”

“Ética, respeito, justiça e honestidade.”

Esses fragmentos representam, respectivamente:

- a) a visão, a missão e os valores da SEFAZ-SC.
- b) a missão, os valores e a visão da SEFAZ-SC.
- c) a missão, a visão e os valores da SEFAZ-SC.
- d) a visão, os valores e a missão da SEFAZ-SC.
- e) os valores, a visão e a missão da SEFAZ-SC.

164. Os objetivos estratégicos estabelecidos para cumprimento do planejamento estratégico da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina (SEFAZ-SC) devem ser, exceto:

- a) Atingíveis
- b) Genéricos
- c) Relevantes
- d) Mensuráveis
- e) Temporais.

165. O gestor de um departamento definiu para sua equipe objetivos como processar 25 pedidos mensais e reduzir em 30% o tempo de atendimento. Essas metas são classificadas como

- a) estratégicas
- b) táticas
- c) operacionais
- d) globais
- e) gerais

166. No estudo do planejamento, há princípios gerais que devem orientar a atuação do gestor. Assinale a alternativa que não corresponde a um desses princípios gerais.

- a) contribuição aos objetivos
- b) precedência do planejamento sobre as demais funções
- c) planejamento participativo
- d) maior influência e abrangência
- e) maiores eficiência, eficácia e efetividade

167. Ao realizar uma análise SWOT, a empresa Mário Bros COMPANY constatou que grande parte de suas unidades possui funcionários pouco qualificados e equipamentos tecnologicamente defasados. Também verificou que um de seus principais concorrentes deixou o mercado após entrar em falência.

De acordo com a análise SWOT, essas constatações representam, respectivamente,

- a) oportunidades de treinamento a serem aproveitadas pela empresa e forças no ambiente externo.
- b) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e oportunidades no ambiente externo.
- c) forças de outras organizações perante a empresa Mário Bros COMPANY e oportunidades ambientais.
- d) ameaças ao alcance de seus objetivos e oportunidades a serem aproveitadas.
- e) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e forças no ambiente externo.

168. A edição de uma nova lei passou a exigir que os entregadores de aplicativos possuam ensino superior completo e utilizem obrigatoriamente motocicletas para exercer a atividade, deixando de ser permitida a realização das entregas por bicicleta.

À luz do modelo das Cinco Forças de Michael Porter, essa medida representa

- a) a ampliação da competitividade no setor.
- b) a criação de uma barreira de entrada a novos concorrentes no setor.
- c) o aumento do poder de barganha dos consumidores.
- d) uma facilitação para ingresso de entregadores no setor.
- e) uma medida governamental de fomento à educação.

169. Utilizada como instrumento de apoio ao planejamento estratégico, a matriz SWOT examina tanto fatores ligados ao ambiente externo quanto aspectos relacionados ao ambiente interno da organização. Nesse sentido, as oportunidades e ameaças pertencem ao _____, enquanto as forças e fraquezas correspondem ao _____.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

- a) ambiente externo; ambiente interno.
- b) ambiente interno; ambiente externo.
- c) ambiente estrutural; ambiente sociológico.
- d) ambiente físico; ambiente político.
- e) ambiente interno; ambiente social.

170. No Balanced Scorecard (BSC), a estratégia organizacional é desdobrada em objetivos distribuídos por quatro perspectivas que compõem o mapa estratégico. Assinale a alternativa que apresenta corretamente essas perspectivas.

- a) Financeira, Cliente, Processos Externos e Aprendizado e Crescimento.

- b) Financeira, Cliente, Processos Internos e Stakeholders.

- c) Financeira, Funcionários, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.

- d) Financeira, Cliente, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.

- e) Funcionários, Cliente, Processos Internos e Stakeholders.

171. Uma unidade estratégica de negócio da empresa SF atua no mercado de e-commerce, que apresentou forte crescimento no último ano. Ao mesmo tempo, essa unidade mantém elevada participação relativa de mercado, registrando vendas equivalentes ao dobro das vendas de seu concorrente mais próximo.

De acordo com a Matriz BCG, essa unidade estratégica de negócio deve ser classificada como

- a) vaca leiteira
- b) interrogação
- c) abacaxi
- d) estrela
- e) cachorro

172. No mercado de computadores, apenas duas empresas, SF e GOT, concentram o desenvolvimento, a produção e a comercialização de processadores utilizados pelos fabricantes do setor. Em razão dessa concentração, essas empresas conseguem estabelecer preços e condições de negociação aos fabricantes de computadores.

À luz do modelo das Cinco Forças de Porter, essa situação evidencia principalmente

- a) ameaça de novos entrantes
- b) poder de barganha dos fornecedores
- c) capacidade de barganha dos compradores
- d) existência de produtos substitutos
- e) presença de economias de escala

173. A organização João das Neves COMPANY decidiu direcionar sua atuação para um segmento específico e restrito de mercado, buscando, dentro desse nicho, operar com custos inferiores aos de seus concorrentes.

De acordo com as estratégias competitivas genéricas de Porter, essa estratégia é denominada

- a) Liderança de custo
- b) Diferenciação
- c) Enfoque
- d) Enfoque na liderança de custo
- e) Enfoque na diferenciação

174. Em uma empresa de calçados, o gerente decidiu ampliar o número de lojas existentes na mesma região em que já atua, buscando elevar as vendas dos produtos atualmente comercializados.

De acordo com a Matriz de Ansoff, essa decisão corresponde à estratégia de:

- a) Desenvolvimento de mercado.
- b) Penetração de mercado.
- c) Liderança em custo.
- d) Diversificação.
- e) Desenvolvimento de produto.

175. Uma entidade pública pretende adotar uma ferramenta de gestão capaz de apoiar, simultaneamente, a melhoria de seus processos internos, a avaliação da qualidade dos serviços percebida pelos usuários, o acompanhamento financeiro e o desenvolvimento das competências de seus servidores.

Nesse caso, a ferramenta mais adequada é o(a)

- a) Matriz BCG
- b) Matriz GUT
- c) Análise SWOT
- d) Matriz Ansoff
- e) BSC - Balanced Scorecard

176. a Matriz GUT, o critério utilizado para avaliar o impacto que um problema pode causar à organização, considerando o grau de dano ou prejuízo decorrente de sua ocorrência, é denominado

- a) grandiosidade
- b) urgência
- c) tendência
- d) anomalia
- e) gravidade

177. Um gestor identificou vários problemas em sua organização e precisa adotar uma ferramenta que permita estabelecer uma ordem de prioridade entre eles, de acordo com sua importância.

Nesse caso, a ferramenta adequada é a

- a) Diagrama de Ishikawa
- b) Diagrama de Causa e Efeito
- c) Matriz BCG
- d) Matriz GUT
- e) Matriz SWOT

178. Em uma ferramenta de gestão, determinado registro apresentou informações como o nome do responsável pela ação, o prazo para sua execução e o valor a ser gasto. Entre os dados preenchidos constavam “Mário Bros”, “quinta-feira” e “R\$ 100”.

Essas informações são típicas da ferramenta

- a) Diagrama de Pareto;
- b) 5W2H;
- c) Diagrama de Ishikawa;
- d) Matriz GUT;
- e) Análise SWOT.

179. O tipo de planejamento elaborado pelos níveis administrativos mais baixos da organização, voltado às atividades rotineiras e à definição de “o que” e “como”, com foco no curto prazo, é denominado

- a) planejamento estratégico
- b) planejamento tático
- c) planejamento operacional
- d) planejamento institucional
- e) planejamento global

180. Ao aplicar a Matriz SWOT, uma empresa identificou que o cenário nacional estava favorável ao comércio eletrônico e que os funcionários dessa organização possuíam conhecimento altamente especializado em comércio eletrônico.

Considerando a análise SWOT, essas duas condições representam, respectivamente, uma _____ e uma _____. A combinação desses fatores caracteriza um cenário de _____, favorável à adoção de estratégias de _____.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

- a) ameaça; força; alavancagem; desenvolvimento.
 - b) força; oportunidade; alavancagem; crescimento.
 - c) oportunidade; força; alavancagem; desenvolvimento.
 - d) força; oportunidade; desenvolvimento; alavancagem.
 - e) ameaça; força; alavancagem; crescimento.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>